Janeiro/Fevereiro 1984
Editado pela Fundação Nacional próMemória
Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Secretaria da Cultura
Ministério da Educação e Cultura
Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K - CxP.040150
70.710 - Brasília - DF

SPHAN 28
próMemória

JARDIM BOTÂNICO

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL







No meio de um dos maiores centros urbanos do país, entre a vida agitada das pessoas, a correria dos automóveis, restam ainda uns poucos lugares onde o vento sopra levemente entre as árvores, e o verde é a cor predominante. Um desses lugares é o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que a partir de agora terá boa parte de suas instalações recuperadas e suas atividades redinamizadas. Isto ficou acertado num convênio firmado entre a Fundação Nacional próMemória e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.





O acordo firmado entre a Fundação Nacional próMemória e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal prevê que os 25 prédios antigos do Jardim Botânico serão totalmente restaurados – o da administração central já foi reformado e recomeçaram as obras no portão principal e na residência Pacheco Leão (SPHAN nº 16, pág. 17 e 18). Também serão reintegradas ao Jardim Botânico as áreas ocupadas por órgãos como a EMBRAPA, SERPRO, CENTRAL DE FURNAS e CEDAE, entre outros, que somam cerca de 100 mil metros quadrados.

O Jardim Botânico – que compreende ainda, o Parque Lage e o Horto Florestal – apesar de possuir corpo técnico altamente especializado, não possui os recursos que a Fundação Nacional próMemória irá fornecer. O acordo permitirá o desenvolvimento de programas como o apoio à investigação científica, programa editorial e programação cultural.

Para comemorar a assinatura do acordo, o Secretário da Cultura do MEC e presidente da Fundação Nacional próMemória, Marcos Vilaça, plantou uma muda de *Ginkgo biloba Linn*, planta sagrada que enfeita jardins budistas na China e que é o mais antigo vegetal da terra e sobreviveu à era glacial e existe há mais de 200 milhões de anos.

Pedro Lobo



Pedro Lobo



Para acertarem o trabalho conjunto que será desenvolvido pelo acordo, a Fundação Nacional próMemória e o IBDF consideraram a expressão do Jardim Botânico como bem tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 1937, dadas as suas características histórico-culturais e a integridade de seu acervo (IPHAN nº 4, pág. 10); que o Jardim Botânico é hoje o mais importante sítio paisagístico urbano do país; a necessidade de preservação das áreas do J.B., visando à adequada realização dos trabalhos científicos que desenvolve; a importância da cooperação interinstitucional que possibilite a dinamização do J.B. como um todo: Parque Florístico, Horto Florestal e Parque Lage.

Fundado em 1808, por D. João VI, o Jardim Botânico era, a princípio, uma fábrica de pólvora; contudo, ao Príncipe Regente não bastava apenas isso. Ele também queria um lugar que, além de útil, fosse bonito; nasceu o Jardim de Aclimação, que tinha como propósito o cultivo de especiarias vindas do Oriente. Em pouco tempo, o local passou a ser utilizado não só para o cultivo de especiarias, mas também de diversos tipos de vegetais alimentícios, medicinais e até ornamentais.

D. João VI ainda contou com algumas boas surpresas que o ajudariam a enriquecer sua criação. É que o português Luiz de Abreu Vieira e Silva naufragou em Goa, foi capturado pelos franceses e aprisionado na Ilha de França – atual Ilhas Maurítias. Nesta ilha, havia um jardim chamado Gabrielle, onde eram cultivadas diversas espécies de plantas. Ao conseguir fugir, Luiz levou consigo várias mudas e as presenteou a D. João VI.

Atualmente podemos afirmar que se conhecemos o abacate, a frutapão, o cajá e outras, é graças a este naufrágio ou a este pequeno "desvio do alheio". Essa ajuda do Jardim Gabrielle ao nosso Jardim Botânico não pararia por aí: pouco tempo depois, Raphael Bottado de Almeida, que auxiliou Luiz de Abreu em sua fuga, mandaria para o Brasil as primeiras sementes de chá. Este passou a ser cultivado e teve grande aceitação por parte da população, que o absorveu como novo hábito.

O Real Jardim Botânico era inteiramente privativo da família imperial. Com a partida de D. João VI para Portugal e a ascenção ao poder de D. Pedro I, o público passou a poder visitá-lo, mas com a autorização do Diretor e acompanhado por praças do corpo de veteranos.

O primeiro Diretor do Jardim Botânico foi Frei Leandro do Sacramento que, ao ocupar o cargo, encontrou o J.B. em péssimo estado. Com muita dedicação conseguiu reorganizar o espaço: construiu um lago – que atualmente tem o seu nome – plantou diversas árvores, inaugurou um relógio de sol, entre outras coisas. Contam que, durante a construção do lago, Frei Leandro sentava-se à sombra de uma jaqueira – que até hoje frutifica – e visando a estimular o trabalho feito pelos escravos, dirigia-se aos mesmos dizendo: "Como formigas minha gente. . . como formigas".

Os melhoramentos foram um fato constante em toda a história do Jardim Botânico: o que era apenas uma fábrica de pólvora, transformou-se num belo jardim com museu, centro de pesquisa, biblioteca e diversas obras de arte espalhadas por toda sua extensão. Um lugar que já recebeu inúmeras visitas ilustres como reis, rainhas, ministros de Estado, príncipes, presidentes de vários países, pesquisadores, gênios da ciência, artistas, etc. . . Dentre os mais ilustres visitantes, um dos que marcou presença foi Albert Einstein, que durante sua visita, ao conhecer

SPHAN 28
*pró*Memória

as propriedades do jequitibá, descritas por Pacheco Leão – na época diretor do J.B. – abraçou aquela árvore e beijou-a. Einstein, ao ir embora, declarou que aquela visita representava para ele uma das mais fortes impressões que tivera em toda sua existência.

A luta pela preservação desta área verde sempre foi uma constante e o atual Diretor do J.B., Carlos Alberto Ribeiro de Xavier, está bastante empenhado em revitalizar as atividades em seu conjunto. Segundo ele, "dirigir o Jardim é integrar o Parque, os estudiosos, a comunidade e os funcionários à conservação da natureza". Alerta que "o J.B. deve ser visto como um local onde a comunidade possa ter uma visão geral sobre a conservação da natureza no Brasil". Ressalta que entre um parque de cidade e um parque para pesquisa botânica existe uma diferença que pode ser analisada tanto do ponto de vista dos pesquisadores quanto do público".

"Para a comunidade científica o que interessa é colocar todo o acervo do J.B. — o parque florístico, o herbário, a xiloteca, a carpoteca, o laminário e a biblioteca – todo esse conhecimento acumulado, à sua disposição de uma forma mais dinâmica, através de canais de cooperação técnica e de intercâmbios entre os pesquisadores da casa e cientistas de fora. No que se refere ao público em geral, temos que nos preparar para recebê-lo melhor e já estamos trabalhando nesta programação, com atividades para cada tipo de visitante".

Arquivo Jardim Botânico



Praças do Corpo de Veteranos

Com relação à "utilização racional de recursos naturais renováveis", Carlos Alberto explicou que é uma conceituação internacional adotada em vários países e que, no Brasil, vem tendo uma ênfase muito grande nos últimos anos. O patrimônio natural de um país, isto é, todo seu espaço geográfico, com árvores, animais e toda sua riqueza de solo e subsolo, é dividido em recursos naturais renováveis e não renováveis. Aos renováveis, quando manejados adequadamente, dá-se o nome de "conservação da natureza". Este conceito pressupõe a utilização deste patrimônio transformando-o em recursos. Quando uma área é sujeita a preservação rigorosa, destinada a pesquisa por longos anos, entende-se que deve ser mantida intocável. Assim, a conservação admite a utilização, como ocorre nos parques nacionais, onde existem áreas destinadas a recreação e outras que devem manter seus ecossistemas intocáveis.

Segundo seu Diretor, o Jardim Botânico deve ser uma instituição voltada para a pesquisa, sem se esquecer de seu papel na formação da opinião pública sobre a conservação da natureza no Brasil. Uma casa voltada para a ciência, as artes, a educação, para a vida da cidade e de outras comunidades nacionais e internacionais.

Com 9 estátuas, 6 bustos, 4 fontes, 2 cascatas, 7 chafarizes e um bebedouro de pássaros, o Jardim Botânico, além de uma opção de lazer, é um lugar fantástico, que transmite calma, paz, tranqüilidade e uma leve sensação de preguiça, ideal para se observar as maravilhas da natureza, estudar e, principalmente, falar de amor.

Um paraíso, abençoado pelo Cristo Redentor, que floresceu numa imensa explosão verde-vida no centro da cidade maravilhosa.

Pedro Lobo



MEC garante prosseguimento das atividades da Cinemateca Brasileira

Vinte e três anos depois de sua criação, a Fundação Cinemateca Brasileira iniciou, no último dia 25 de janeiro – data de aniversário da cidade de São Paulo, onde está sediada – uma nova fase de suas atividades na área da cultura cinematográfica. Na ocasião, a Ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz, acompanhada do Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vilaça, assinou com a Fundação, presidida pela escritora Lygia Fagundes Telles, um protocolo de intenções através do qual o MEC se dispõe a amparar e apoiar o prosseguimento das atividades da Cinemateca, que deverá passar à condição de órgão vinculado à Fundação Nacional próMemória.

A vinculação da Cinemateca Brasileira ao MEC – embora mantendo a autonomia administrativa, financeira e técnica – seria a melhor forma encontrada para assegurar o seu custeio básico, afastando a constante preocupação com recursos para a manutenção do quadro de funcionários e preservação de seu acervo, considerado o maior da América do Sul apesar dos três incêndios que sofreu, em 1957, 1967 e 1982.

À solenidade de assinatura, realizada na sede da Cinemateca, no Parque da Conceição, compareceram ainda o Subsercretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Irapoan Cavalcanti de Lyra, o Diretor-geral da Embrafilme, Roberto Parreira, Francisco Luís de A. Salles, um dos fundadores da entidade, além de personalidades ligadas à cultura em São Paulo, cineastas, pesquisadores e críticos de cinema.

As dificuldades por que vem passando a Fundação Cinemateca Brasileira não são de hoje. Desde o início do ano passado, procurava-se uma solução para o problema do pagamento dos funcionários e que garantisse a continuidade do trabalho de conservação de alguns dos mais importantes filmes realizados no Brasil e no exterior: cerca de 35 mil títulos, 80% dos quais reunindo o que restou da produção cinematográfica brasileira até o início dos anos 60.

A cinemateca estudava uma solução que mantivesse suas características básicas e sua autonomia, garantindo uma fonte fixa de rendas. Em junho passado, a Diretoria-Executiva propôs a fórmula à Secretaria Municipal de Cultura. "Não foi possível", admitiu Carlos Augusto Calil que, além de Diretor da Cinemateca, é também um dos Diretores da Embrafilme, e um dos principais intermediários nas negociações com o Governo Federal.

"Esta é uma Fundação que não tem patrimônio para seu sustento", observa Calil, "e ela não podia diminuir seu pessoal, uma vez que o trabalho cresce acima das previsões. Quando sondei a Fundação Nacional próMemória, a idéia foi bem recebida, pois entenderam que a Cinemateca era uma entidade do nível de uma Biblioteca Nacional, de um Museu Histórico e Geográfico. Agora tudo está correndo bem, pois foram aceitas as três condições: a sede permanecer em São Paulo; a indivisibilidade do patrimônio (somente podem ser expedidas cópias, nunca as matrizes), e a estrutura atual serem mantidas. E conseguimos uma cláusula importante: todos os recursos que a Cinemateca venha a gerar serão utilizados por ela mesma e não irão para o Tesouro Nacional, para uma posterior redistribuição", conclui Calil.

O compromisso formalizado pela Ministra da Educação e Cultura, não isentará o Município ou o Governo do Estado das obrigações que têm com a entidade. A ministra garantiu que, apesar da escassez de recursos de seu Ministério, fará todo o possível para auxiliar a Cinemateca. Por sua vez, Lygia Fagundes Telles confessou-se emocionada e disse, durante a solenidade de assinatura do Protocolo, que assim poderá encerrar sua gestão com uma meta cumprida. "Era muito importante que esta fosse a forma de solução, mantendo a autonomia", afirmou Lygia, "e a Ministra, minha contemporânea da Faculdade de Direito, amiga de Paulo Emílio Salles Gomes, um dos criadores da Cinemateca, en-

Embrafilme



Cena do filme Deus e o Diabo na Terra do Sol. *Esta é uma das obras do cineasta Glauber Rocha que estão sendo recuperadas e restauradas pela Embrafilme e que farão parte do acervo cinematográfico da Cinemateca Brasileira, um dos mais importantes da América Latina.*

Embrafilme



Acabaram-se os Otários, *de Lulu de Barros (1929)*

tendeu o que se passava e aceitou. Para nós foi como um presente".

VINCULAÇÃO

Há, ainda, um entrave jurídico a ser resolvido antes de a Fundação Cinemateca Brasileira passar a órgão autônomo da Fundação Nacional próMemória, mantendo sua autonomia administrativa, financeira e técnica e afastando, definitivamente, o fantasma permanente da insolvência financeira. Porém, dentro de alguns meses esse problema deverá estar resolvido, assim que a Fundação conseguir o parecer favorável do Poder Judiciário.

O Secretário da Cultura garante que esse entrave será superado da melhor forma possível. Marcos Vilaça informou que este ano o MEC deverá destinar uma verba calculada entre Cr$ 150 e 200 milhões para as atividades da Cinemateca, que agora passarão a ser controladas por um Conselho constituído de trinta conselheiros da instituição e outros cinco: o Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Presidente da Fundação Nacional próMemória, o Diretor-geral da Embrafilme, e os Secretários de Cultura do Município e do Estado.

Para o Secretário da Cultura do Município, Gianfrancesco Guarnieri, também presente à assinatura do Protocolo, "há muito a Cinemateca vinha precisando de uma solução permanente para seus constantes problemas de verbas, que agora parecem vir através do MEC. Entretanto, o Município tem um papel importante na captação de recursos para o órgão, e estamos estudando como participar mais ativamente".

De acordo com os cálculos do cineasta João Batista de Andrade, outro dos diretores da Cinemateca, ela precisaria, para funcionar em perfeitas condições, isto é, recuperando e restaurando filmes antigos, difundindo ao grande público suas pesquisas, etc., de cerca de Cr$ 1 bilhão, este ano. Precisamos de mais espaço para ampliar o acervo, pois vários desses filmes dos princípios da indústria nacional estão, hoje, armazenados precariamente em locais sem qualquer segurança e em péssimas condições", disse João Batista. "O Secretário Guarnieri", prosseguiu, "já encampou a luta e esperamos que exista, agora, uma divisão de responsabilidades entre os governos Federal, Estadual, e Municipal".

Embrafilme



Taciana Rey em Limite (1931)
de Mario Peixoto

CRIAÇÃO

A criação da Cinemateca Brasileira tem suas raízes no Clube de Cinema de São Paulo, fundado em 1946 por Paulo Emílio Salles Gomes, Décio de Almeida Prado, Lourival Gomes Machado, Francisco Luís de Almeida Salles e Rubem Biáfora. Dez anos depois, o Clube de Cinema deu origem à Filmoteca do Museu de Arte Moderna de São Paulo, que por sua vez serviu de embrião para a Cinemateca, instituída em 1961.

Dada a importância de suas atividades – nas áreas de preservação, recuperação, restauração, prospecção, difusão, documentação e pesquisa – e a efetiva contribuição que vem prestando ao desenvolvimento da cultura no país, a Cinemateca é hoje reconhecida como entidade de utilidade pública pelo Município e pelo Estado de São Paulo, estando registrada no Conselho Nacional de Serviço Social do MEC.

Desde o início do funcionamento do Laboratório de Restauração, em 1978, algumas centenas de filmes brasileiros foram recuperados, resgatando um precioso acervo do qual fazem parte obras de Glauber Rocha, Humberto Mauro e outros cineastas, embora o laboratório ainda esteja insuficientemente equipado. Mesmo assim, foi reconhecido pela Fédération International des Archives du Film (FIAF) como um modelo para os laboratórios das cinematecas do Terceiro Mundo.

O escritor Mário de Andrade, nos anos 30, já previa a múltipla função que o cinema pode ter na recuperação da memória nacional. A presença dos filmes entre os bens culturais a serem preservados, agora com apoio da próMemória, vem ao encontro das preocupações do escritor, expostas em seu projeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

opinião

UM GUIA DE RESTAURAÇÃO

(*) Ulysses Pernambucano de Mello, neto

Crescem, a cada dia, no Brasil, as intervenções na área do Patrimônio Cultural Construído. São edificações, conjuntos urbanos, povoados e, às vezes, cidades inteiras que passam, subitamente, de simples lugares de moradia a patrimônio da cultura nacional. Outras, como Ouro Preto e Olinda, são oferecidas a integrar o Patrimônio da Humanidade.

Cursos para a formação de arquitetos restauradores, a nível de pós-graduação, preparam especialistas, qualificando-os a intervir na proteção dos bens imóveis isolados e nos conjuntos e paisagens urbanas, industriais e naturais.

Monumentos recebem iluminação "artística", outros são restaurados. Áreas dantes ao abandono, são reanimadas e revitalizadas. Pesquisas arqueológicas são executadas – quer em terra quer sob a água – com risco de danos permanentes à integridade de sítios e jazidas.

Modifica-se, a cada momento, o ambiente físico em que vivemos, também, em nome da preservação dos bens culturais.

Entretanto, é preciso reconhecer que, antes da intervenção direta sobre esses bens, é indispensável uma tomada de posição a fundamentar uma linha de raciocínio que contemple tanto a face da proteção quando a contraface da conservação.

Parece, entretanto, tardar o estabelecimento de um modelo de ação, coerente com a realidade e com os problemas suscitados pela preservação do Patrimônio Construído, que considere, entre outros pontos, a vastidão territorial, a pobreza e o nível da educação e da tecnologia nacional.

Este modelo precisará da segurança proporcionada por um texto simples e objetivo sobre o tema; deverá constituir-se em um guia ao alcance da compreensão geral.

O Brasil carece, não é exagero afirmar, de uma cartilha – ou de cartilhas regionais – para consulta diária que oriente a todos a respeito das intervenções sobre os bens culturais imóveis.

Parece oportuno decretar-se – a partir do advento deste guia – a modificação do ponto de vista segundo o qual, "cada caso é um caso" quando se trata da restauração de bens culturais. Esta postura – que embora falsa, sugere um equilíbrio aparente – estabelece um isolamento prejudicial entre os problemas cotidianos no campo da preservação do Patrimônio Construído. Cada caso de intervenção, no Brasil, tem sido tratado isolado dos demais, o que impede a visão do conjunto e dificulta os diagnósticos e as soluções abrangentes, ao tornar estanques as relações porventura existentes entre os casos.

Não basta lembrar, como modelo a ser seguido, as recomendações internacionais, embora não se possa negar o valor delas. Não bastam as Leis, Decretos e Regulamentos Federais, Estaduais e Municipais, nem os cursos especiais de orientação técnica. É preciso mais.

É indispensável que sejam tomadas posições claras e seguras que disciplinem a intervenção, salvaguarda e utilização do Patrimônio Cultural Construído, evitando-se agir sobre um monumento como em um campo de provas. Cada projeto de restauração precisa deixar de ser tratado como um caso específico. Uma exceção notável. Na elaboração desses projetos, deve-se desprezar as diferenças e aferir as semelhanças existentes entre eles, evitando-se que cada conduta de intervenção seja preconizada, por uma única voz, a partir do caso concreto, porque, uma vez instalado o casuísmo, a comunidade passará a depender do humor do "técnico de plantão", neste ou naquele órgão encarregado da preservação do Patrimônio Cultural.

Jean Bernard Perrin, arquiteto francês, teve oportunidade de anotar, e publicamente reconhecer, uma das deficiências da lei francesa de proteção do patrimônio histórico, por permitir, segundo ele, a "quase onipotência do arquiteto" ao apontar soluções ou partidos a tomar na intervenção sobre uma edificação ou conjunto urbano. Por outro lado, a explicitação das posições oficiais deve promover as formas de permitir, de solucionar, de acompanhar e orientar a comunidade no sentido de resolver as questões suscitadas pela modernidade, buscando conciliar a preservação do passado com a necessidade de adaptação ao presente.

Urge, portanto, reunir o conhecimento já acumulado sobre o tema para discutí-lo, aperfeiçoá-lo e atualizá-lo por meio de um esforço conjunto.

Seria desejável que esse conhecimento fosse colhido na bibliografia especializada e na experiência interdisciplinar de técnicos – novos e antigos – com vistas à consolidação do tema e ao maior aproveitamento do saber de todos eles.

A participação ampla desses técnicos neste esforço permitirá reduzir os obstáculos identificados como impedimento às intervenções que buscam adaptar imóveis antigos a novos usos.

A este procedimento seguir-se-ia a preparação e divulgação de um corpo de recomendações básicas e extremamente viáveis, quer de natureza técnica, quer financeira. Entre essas recomendações seria oportuno figurar como aspecto prioritário o USO que deve ser dado às áreas e às edificações históricas, pois este deve anteceder a qualquer estudo que vise às intervenções de proteção, excetuadas as de estabilização e tombamento.

(*) Ulysses Pernambucano de Mello, neto é arqueólogo e advogado.

RIO DE JANEIRO

Regional instala-se no Horto Florestal



Lilian Jansen Sá Freire

Solar da Imperatriz - aspecto do anexo e capela

Na segunda quinzena de fevereiro instalaram-se no antigo Solar da Imperatriz, situado na Rua Pacheco Leão nº 2040, no Horto Florestal, a 6ª Diretoria Regional da SPHAN e a 6ª Representação Regional da prómemória, ambas com sede no Rio de Janeiro.

A transferência desses órgãos – que até então vinham funcionando nas instalações do Paço Imperial, na Praça XV de Novembro – tem caráter temporário, visando a permitir o desenvolvimento e a conclusão das obras de restauração do Paço, cuja inauguração está prevista para janeiro de 1985.

No Solar da Imperatriz foram executadas obras de conservação e adaptação no prédio principal e seu anexo.

Segundo o historiador João Conrado Niemeyer de Lavôr, assistente do Museu Botânico Kuhlmann, a residência do Horto pertenceu a D. Amélia Napoleana de Leuchtemberg, segunda esposa de D. Pedro I e terceira Imperatriz do Brasil, que a recebeu do Imperador em 1829 como presente de casamento.

O prédio, bastante adulterado externa e internamente, possui uma capela anexa e uma senzala, tendo sido a sede da antiga Fazenda do Macaco.

Em 1874, a área total da Fazenda foi adquirida pelo Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, que ali instalou, dez anos depois, o Asilo Agrícola.

O prédio serviu posteriormente a várias repartições do Ministério da Agricultura, do IBDF, da Fundação Getúlio Vargas e outros órgãos.

O Solar da Imperatriz integra-se ao conjunto paisagístico tombado do Horto Florestal.

Painéis explicam restauração do Paço

A 6ª DR/SPHAN instalou no Largo, em plena Praça XV de Novembro, um grande placar metálico de 72m², dividido em quatro painéis de 18m², explicando ao público a origem do Paço Imperial (SPHAN n. 24), um breve histórico das reformas por que passou e os objetivos das atuais obras de restauração.

O Diretor da 6ª DR/SPHAN, Arquiteto Glauco Campello, disse que a finalidade dos painéis é de cunho didático, a fim de informar à população as razões históricas e arquitetônicas das obras de restauração, inclusive para que o povo não as confunda com uma simples demolição.

EVOLUÇÃO

O Cartaz descreve as principais fases da evolução histórica e arquitetô-



Pedro Lobo

nica do Paço, enumerando-as e ilustrando-as com reproduções de desenhos, desde a sua construção em 1743 até hoje, dando as datas, as referências históricas e a descrição do prédio:

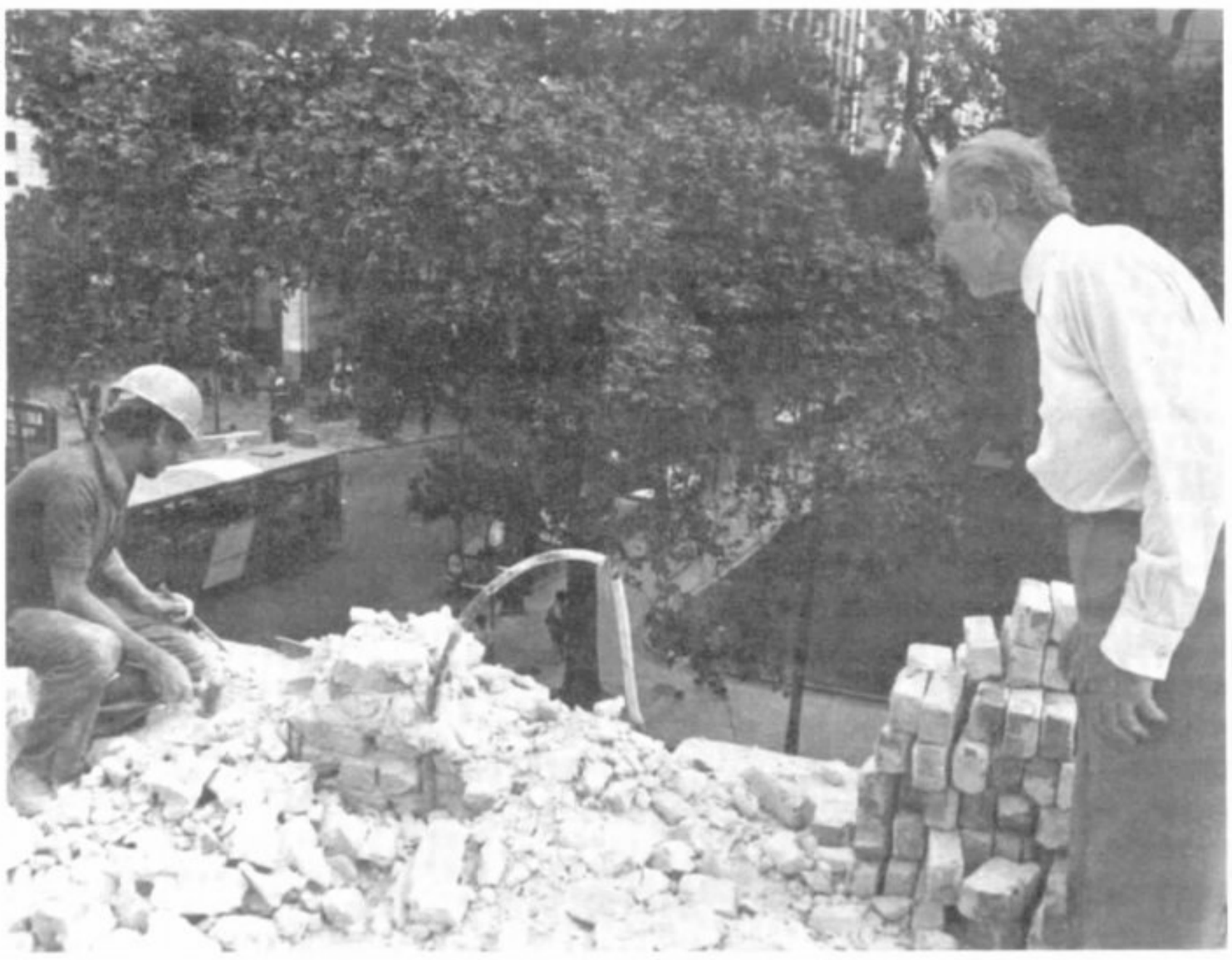
– "1743, o Conde de Bobadela instala no prédio a sede da Capitania do Rio de Janeiro; o prédio tem dois pavimentos, com um corpo mais elevado, de três andares, com quatro janelas, voltado para a praça.

– 1816, Dom João VI no Brasil. O prédio, ampliado, torna-se sede do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves; o corpo central, voltado para o mar, recebe um quarto pavimento, com três portas e uma sacada.

– 1929, reformas adaptam o prédio para abrigar o Departamento dos Correios e Telégrafos. O terceiro andar é ampliado, o interior descaracterizado e os ornamentos de pedra são encobertos.

– 1984, restauração do Paço. Remoção dos acréscimos que desfiguram a construção, valorização dos espaços e elementos de maior significado".

Neto real visita obras



Arquivo SPHAN/próMemória

Apesar de ter sido uma das residências da Família Real até a Proclamação da República, em 1889, o atual Paço Imperial na Praça XV de Novembro nunca havia recebido a visita de um príncipe. Mas no dia 18 de Janeiro último D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança, de 71 anos, o neto mais velho da Princesa D. Isabel, foi conhecer o Paço e percorrer as obras de restauração que lá se realizam sob a orientação da 6ª DR/SPHAN.

D. Pedro veio de Petrópolis, onde vive, também num Palácio – o Grão-Pará. Assistiu paredes sendo escavadas por pedreiros, dialogou com os operários, examinou materiais de construção recolhidos do prédio histórico, subiu e desceu a escadaria interna do Paço. O Príncipe de Orleans e Bragança acha que o prédio deveria ser pintado de amarelo, a côr oficial do Império. E ainda sugeriu: "Algumas paredes deveriam ficar nuas, sem pintura, para deixar visíveis as pedras originais utilizadas na construção primitiva".

Contou D. Pedro que os primeiros Governos da República apoderaram-se dos bens imperiais na tentativa de impedir que a monarquia voltasse ao Poder. Mas, no fim da visita, reconheceu que os novos governos republicanos têm feito um grande esforço para salvar o nosso passado. – E o Paço constitui um bom exemplo desse esforço de preservação da memória – concluiu D. Pedro Gastão.

"Prá mim, Paraty é assim..."

Continuando o trabalho iniciado em setembro do ano passado, o Escritório Técnico da 6ª DR da próMemória, em Paraty (SPHAN 26, pág. 17), convidou a professora Deise Dantas Lima para desenvolver o projeto denominado "Prá mim, Paraty é assim. . .".

O projeto, que teve como finalidade começar um processo de conscientização histórica, a nível regional, através das crianças, reuniu um grupo de 35 alunos de 9 a 12 anos, que participava de uma Colônia de Férias desenvolvida pela LBA. No primeiro contato com o grupo, Deise transmitiu algumas informações básicas a respeito de Paraty. Ouviu relatos e comentários, provocou debates e propôs discussão para trabalhar o tema "Homem/Natureza: No princípio era assim", levando o aluno a imaginar e reconstituir a paisagem física da cidade, anterior à ocupação humana, e transpor esta imagem mental para o papel, através de recortes e colagem de papel colorido e/ou figuras de revistas.

"Eles ficaram impressionados, pois jamais imaginaram que a história de sua cidade fosse tão rica. À medida que as explicações iam surgindo, ficava cada vez mais emocionante o trabalho, pois as crianças sentiam-se donas do lugar e pertencentes àquele contexto cultural, orgulhando-se de fazer parte dele", acrescenta Deise. "Esse mergulho na história, compondo o pas-



Arquivo SPHAN/próMemória

sado para entender o presente, foi fundamental para que futuramente esta população identifique melhor o que é um Patrimônio Histórico e que a preservação não é feita para agradar a uma ou outra pessoa, mas para valorizar uma comunidade inteira".

No período do curso desenvolveram-se atividades como passeios, visitas e entrevistas a todo o tipo de pessoa. Pescadores, donas-de-casa, comerciantes, autoridades e figuras do folclore da cidade eram abordados a todo instante nas ruas com perguntas sobre a história de Paraty, sendo montado, assim, uma espécie de quebra-cabeça nas mentes daquelas crianças, moradoras da periferia, que em alguns casos estavam tendo o primeiro contato com o Bairro Histórico.

Para o encerramento foi montada uma exposição de pinturas e colagens feitas pelas crianças, utilizando diversos tipos de material, retratando o que aprenderam a respeito da cidade, num total de aproximadamente 150 trabalhos expostos no Escritório Técnico.

A Professora Deise Dantas Lima encara este tipo de conscientização "essencial para a educação infantil, pois as nossas crianças não conhecem a história do próprio lugar onde vivem. Sendo assim, como podem amá-lo e conservá-lo?".

Filmes no museu de Cabo Frio

O escritório Técnico da 6ª Diretoria Regional da SPHAN localizado em Cabo Frio (RJ) iniciou em fevereiro, em convênio com a Embrafilme, a projeção de uma série de documentários sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do país. As sessões são realizadas de 4ª a domingo, às 18h, no Museu de Arte Religiosa e Tradicional daquela cidade.

Já foram projetados *Arraial do Cabo, Bois de Reis, Feiras Populares do Nordeste, Canta Diamantina, A Paixão segundo o Aleijadinho, Brinquedo Popular do Nordeste, Fazendas Mineiras do Século XVIII.* Programados para o mês de março: *Lavagem de Cristo, Plantar nas Estrelas, Meow, Fazendeiro do Ar, Ôxente, pois não, Região, tradição e modernidade,* e *Missa do Galo.*

O responsável pelo Museu, Aldomar Conrado, informou ter elaborado uma programação especial para os colégios de Cabo Frio.

Casa do Jornalista Brasileiro tombada pela SPHAN

Cinqüenta anos depois de sua construção, o edifício-sede da ABI – Associação Brasileira de Imprensa – teve seu tombamento aprovado, por unanimidade, pelo Conselho Consultivio da SPHAN, em reunião realizada a 12 de janeiro passado, no Rio, sob a presidência do Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vilaça.

Marco de referência na perspectiva urbana do centro do Rio, localizado na Rua Araújo Porto Alegre, 71, esquina com a Rua México, o prédio da ABI foi o primeiro de estilo moderno inaugurado na área do antigo Morro do Castelo. Construído na década de 30, sob projeto dos irmãos Roberto – Milton, Marcelo e Maurício – o edifício transformou-se em obra pioneira da arquitetura moderna no Brasil, pelas inovações ousadas para a época, como utilização, pela primeira vez, do quebrasol (bri-soleil) em concreto armado, impedindo a entrada excessiva do sol, os pilotis e o uso de formas geométricas.

HISTÓRICO

Há exatamente 50 anos a ABI conquistava a posse definitiva do terreno onde está situada a sua sede. A 9 de janeiro de 1932, o então Prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto Batista, assinou o decreto que concedeu a área para a construção da Casa do Jornalista. Ao assinar, afirmava que a doação tinha como objetivo permitir que a entidade e os jornalistas "pudes-

sem continuar a servir ao país e aos seus altos interesses culturais".

Para ser erguido, o prédio contou ainda com o apoio do Ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, que obteve do Presidente Getúlio Vargas a doação de 4 mil contos de réis para o início das obras. Até a inauguração, a 10 de setembro de 1938, a obra consumiu mais 4 mil contos de réis de outra doação federal e 8 mil contos de empréstimos levantados pelo então Presidente da Associação, Herbert Moses, que quase 20 anos depois se orgulhava de ter saldado a dívida no momento oportuno, embora a quantia fosse "quase exagerada para a época".

Maurício Roberto, que acompanhou como estudante de arquitetura e desenhista a obra e seu detalhamento, carregou pranchetas debaixo do braço pela Cinelândia, colaborando com os irmãos Milton e Marcelo, vencedores do concurso nacional em 1936. Lembra que Herbert Moses, o "mosquito elétrico" da ABI, como ainda hoje é lembrado pelos funcionários mais antigos, foi "o melhor dono de casa e cliente" do escritório dos irmãos Roberto.

"Toda semana ele fazia questão de que eu, como arquiteto", relata Maurício, "fizesse a vistoria do prédio. Antes de almoçar subíamos e descíamos escadas, olhávamos tudo. Até a compra de um cinzeiro era por nós orientada. E Moses contratou, o que em muito garantiu a conservação da sede, depois da obra concluída, mestre-geral, eletricista, bombeiro e carpinteiro para ali trabalharem como funcionários, o que fizeram até alcançarem a aposentadoria", relembra Maurício.

PARECER

Inaugurado ainda na argamassa, o edifício-sede que abrigou também em sua presidência, em fases diferentes, Danton Jobin, Prudente de Morais Netto, Barbosa Lima Sobrinho, foi analisado pela SPHAN como um prédio administrativo, com andares utilizados para escritório e que é sede de uma associação profissional, seguindo a linguagem conceitual da arquitetura preconizada por Le Corbusier, sobretudo no andar corrido, na planta livre, nos pilotis, no terraço-jardim e no brise-soleil, que no caso da ABI foi concebido com a preocupação de assegurar a luminosidade do prédio, sem muito calor, e ao mesmo tempo dotá-lo de um traçado de bom gosto.



José Augusto Franco Reis

Segundo o parecer aprovado pelo Conselho Consultivo, relatado pelo Arquiteto Eduardo Kneese de Mello, o prédio da ABI "conceitualmente é semelhante ao Palácio da Cultura, mas difere muito deste do ponto de vista formal. Essa diferença não resulta apenas das condições diversas de implantação e ambientação dos dois projetos, mas também das diferenças de programa e da interpretação pessoal dada pelos irmãos Roberto aos princípios recém-assimilados, como o quebra-sol projetado com inclinação constante (fixa) dando ao prédio um aspecto sólido e forte de belo efeito, mas que no Ministério teve tratamento mais satisfatório do ponto de vista funcional (basculante e eliminação da varanda)".

Se a fachada "leve e dinâmica", vista da Rua Araújo Porto Alegre ou da México, causou polêmica no antigo Morro do Castelo como primeiro prédio moderno ali construído, os aspectos históricos também foram ressaltados no parecer do Arquiteto Kneese de Mello. Segundo ele, o tombamento do edifício era justificável não somente pelo valor cultural de obra pioneira da arquitetura brasileira, mas também pelo significado histórico da entidade, "relacionado às lutas pela liberdade de expressão no país".

O arquiteto define o projeto dos irmãos Roberto como "exemplo clássico de um monumento muito feliz da Arquitetura Brasileira, marcante posição na produção cultural do país e também em âmbito internacional". O tombamento do prédio, portanto, "dispensa qualquer comentário pois não há razão nenhuma para não tombar este patrimônio, uma vez que já está reconhecido pela própria história e pelo seu valor cultural", lembrou Mello.

O Presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, que acompanhou toda a reunião do Conselho da SPHAN, também ressalta os aspectos históricos ao afirmar que "o tombamento se deve a motivos históricos por ser a ABI uma tribuna democrática, aberta a todos os debates e que, mesmo durante o período do Estado Novo, nunca deixou de funcionar. Ao tempo de Moses ou depois, todos os debates do país encontraram aqui um local para discussão. Como a campanha do 'Petróleo é Nosso', as primeiras manifestações, em 1965, pela anistia e, mais recentemente, pelas eleições diretas. Fomos ouvidos por Petrônio Portela sobre a reforma política e, convidados a participar do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, ampliamos nossa atividade, tendo em vista a obrigação de defender qualquer pessoa que sofresse desrespeito ou violência", concluiu Barbosa Lima.

Janeiro/Fevereiro 1984

SPHAN 28
*pró*Memória

FUNDAJ

A preservação da memória através da iconografia

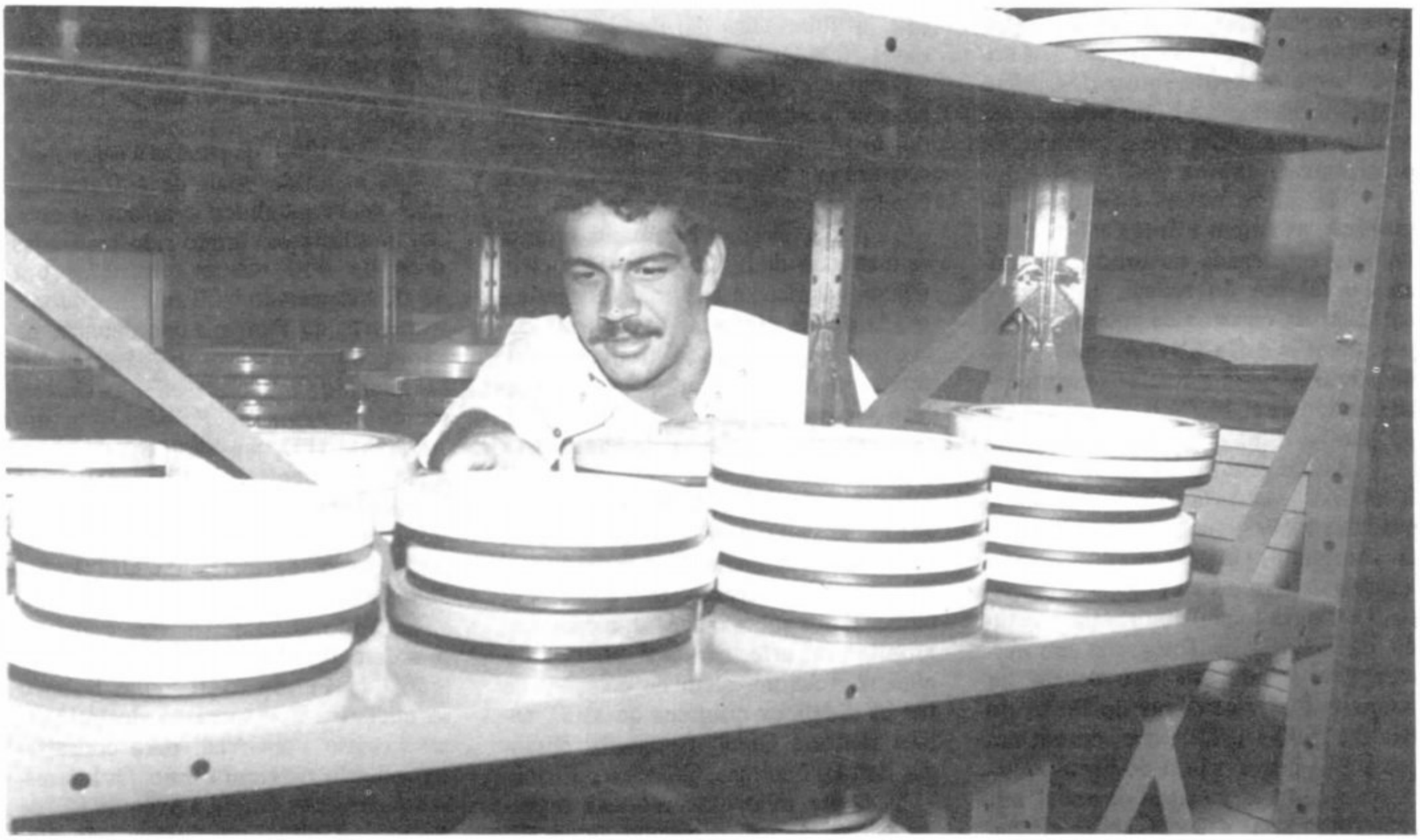
Assegurar às gerações futuras a memória dos fatos, costumes, personalidades e arquitetura do Nordeste é um dos objetivos que o Departamento de Iconografia da Fundação Joaquim Nabuco da Secretaria da Cultura do MEC – FUNDAJ, em Recife (PE), se propõe a realizar. Resultado da reunião física e conceitual de coleções e acervos pertencentes e oriundos dos Museus do Açúcar e de Antropologia, o Departamento de Iconografia do Instituto de Documentação da FUNDAJ reúne mais de 20 mil peças, entre fotos, gravuras, rótulos e documentação, que recebem tratamento especial de técnicos em Museologia da Fundação Joaquim Nabuco.

No caso da Seção de Iconografia do Museu do Açúcar – hoje transformado em Museu do Homem do Nordeste, com exposições de Antropologia, açúcar e arte popular – que contava com a orientação de pesquisadores da história do açúcar como Gil Maranhão, Joaquim de Souza Leão Filho, Fernando da Cruz Gouveia e outros, procurou-se coletar no Brasil e no exterior documentos figurativos, visuais e textuais sobre a cultura do produto nos seus aspectos: econômico (agrícola, industrial e civilizatório), social (os grupos e as classes sociais envolvidos na sua produção e consumo), artístico (símbolos, figurações e cenas onde o açúcar aparece como elemento de composição, ou é o próprio argumento do contéudo, condicionado à forma artística), geográfico (áreas físicas por onde se distribuiu e espalhou a atividade açucareira), todo esse universo representado em uma extensa coleção de pinturas, desenhos, gravuras, impressos gráficos, fotografias, etc.

Quanto ao Museu de Antroplogia, do Departamento de Museologia do Instituto Joaquim Nabuco, objetivou-se reunir para estudo e exposição, dados da cultura material do homem do Nordeste. Esse objetivo norteou, também, a que se procedesse a uma documentação fotográfica sobre o homem físico e sua paisagem geográfica e cultural.

Reuniu-se uma coleção de retratos do trabalhador rural das zonas da mata, agreste e sertão, caracterizando seu tipo físico miscigenado de europeu, negro e índio, sua habitação, alimentação, higiene, educação, folclore

Josenildo Freire



Departamento de Iconografia da Fundaj

e religião. O mundo urbano, particularmente o do Recife, veio a ser representado mais extensamente com a Coleção Benício Dias, que retrata essa paisagem entre 1880 e 1940, nas sucessivas transformações urbanas determinadas pela evolução econômica, social e política da comunidade.

COLEÇÕES

Todo o acervo do Departamento de Iconografia da FUNDAJ serve à consulta de estudantes, pesquisadores e pessoas interessadas nos aspectos econômicos, sociais, políticos e artísticos de nossa história, merecendo destaque as Coleções Francisco Rodrigues – que em 1983 foi levada à Galeria do Núcleo de Fotografia da FUNARTE, no Rio, com fotografias de 1840 a 1920 – e Benício Dias.

A Coleção Francisco Rodrigues possui retratos de personalidades brasileiras e estrangeiras, feitos entre 1840 e 1920, ligadas à indústria açucareira, como senhores de engenho, usineiros e seus familiares e escravos, num total de 16.818 peças. Já a Coleção Benício Dias reúne documentos fotográficos sobre o Recife, o Estado de Pernambuco e outras àreas nordestinas. Além de fotos suas, Benício reuniu nessa coleção peças de outros fotógrafos, como Constantino Barza e F. du Bocage, que retratam as grandes obras públicas de urbanismo de 1880 a 1940.

Há ainda outras coleções com gravuras, estampas e fotos sobre a tecnologia empregada na produção agrícola e fabrico do açúcar, rótulos de cachaça, de cigarros da coleção doada pela Família Brito Alves e uma coleção de gravuras sobre o Recife, executadas na Oficina de F. H. Carls, impressas entre 1860 e 1880.

Atualmente, o Departamento de Iconografia está desenvolvendo uma pesquisa bibliográfica sobre a história da fotografia, visando auxiliar a catalogação de autores da Coleção Francisco Rodrigues e contribuir para o estudo da história da fotografia em Pernambuco. Ainda este ano deverá ter início o Projeto "Obras do Porto do Recife, 1900 a 1920", que consiste em pesquisa sobre as obras do Porto, objetivando embasar a edição de um álbum com fotografias e textos sobre a cidade. Tal pesquisa pretende também o estudo e a divulgação de um dos segmentos da Coleção Benício Dias (1914-1976), ou seja, a obra fotográfica atribuída a F. Bocage, documentando a cidade nas primeiras décadas do século XX, período das referidas obras, iniciadoras da transformação urbanística da cidade.

FILMOTECA

O cinema e a técnica cinematográfica enquanto auxílio documental às pesquisas sociais são também motivos de interesse do Departamento de Iconografia, o que propiciou o patrocínio e a aquisição de documentários sobre o homem da região, o folclore e a ecologia.

Segundo Fernando Ponce de Leon, que organizou todo o acervo da Fototeca, "a vocação iconográfica e a riqueza conceitual, histórica e artística desse acervo é promissora, motivada e determinada não só pelos antecedentes levantados, bem como pela continuidade do trabalho de expansão do acervo por doações recebidas e por aquisições feitas a particulares e colecionadores".

Divisão do Departamento de Iconografia do Instituto de Documentação, a Filmoteca da Fundação Joaquim Nabuco tem como objetivo documentar e divulgar as produções do cinema brasileiro, em particular a produção regional, bem como produzir e co-produzir filmes de autores e temas ligados ao Norte/Nordeste do País.

Além disso, a Filmoteca promove a difusão de filmes educativos, científicos, técnicos e culturais, estimula a produção de cineastas locais e de outras regiões, realizando produções culturais-cinematográficas, cursos, mostras, festivais, estabelecendo uma política desenvolvimentista de educação e cultura.

A Filmoteca da FUNDAJ inaugurou as suas atividades em 1980, contando atualmente com mais de 200 filmes em seu acervo. São filmes documentários sobre o açúcar, o cangaço, arquitetura, arte, carnaval, história do cinema, folclore, além de coleções de filmes didáticos oriundos do MEC, sobre: História Geral, Geografia, Biologia, Saúde, Ecologia, Química e Física.

Deste valioso acervo vale ressaltar obras como: "Engenho Bangué", de Pedro Neves – um dos pioneiros do Ciclo do Recife – produzido na década de 60, e que mostra aspectos socioeconômicos da região canavieira de Pernambuco; "O Mundo do Mestre Vitalino"; "Origem dos Quadrinhos no Brasil"; documentários sobre o cangaço – "A Musa do Cangaço", "Memória do Cangaço" e "Lampeão", este de Benjamim Abraão de 1936; "Santa do Maracatu", de Fernando Spencer, sobre as origens negras do maracatu; "Aruanda", considerado pela crítica nacional como o mais legítimo representante do Cinema Novo no Nordeste; "Delmiro Gouveia", "Vida e Obra de José Lins do Rego", além dos filmes produzidos no período do cinema mudo em Pernambuco, entre 1923 e 1931, como "A Filha do Advogado", do pioneiro Jota Soares.

De acordo com o Diretor da Filmoteca, Fernando Spencer, são inúmeras as atividades culturais que essa Divisão do Departamento de Iconografia vem desenvolvendo, prestando atendimento a universidades federais de diversos Estados, como Pernambuco, Paraíba, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Acre, Sergipe, Goiás, além de escolas de 1º e 2º Graus e associações culturais e órgãos como a Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco, Empetur – Empresa Pernambucana de Turismo, e outros.

Em 1983, de janeiro a dezembro, foram atendidas mais de 100 instituições de Pernambuco e de outros estados nordestinos, tendo sido realizadas mais de 400 sessões, assistidas por 18.000 espectadores. Também coube à Filmateca da Fundaj a coordenação de várias apresentações da mostra dos 60 anos do Ciclo do Recife, na Universidade Católica de Pernambuco, em Amarante (PI), em São Luís do Maranhão, no Centro de Convenções de Pernambuco, no Atelier e Espaço Cultural 190, em Olinda (PE), e no Departamento de Artes da UFPB, em João Pessoa e Campina Grande.

Todo o material que constitui o acervo do Departamento de Iconografia da Fundação Joaquim Nabuco se encontra à disposição do público, no horário comercial, para consulta, reprodução ou empréstimo. Os interessados devem-se dirigir à Avenida 17 de Agosto, 2187, Casa Forte – Recife, Pernambuco.

Janeiro/Fevereiro 1984

SPHAN 28
*pró*Memória

MINAS GERAIS

Presidente visita cidades históricas mineiras

O Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vilaça, acompanhou o Presidente João Figueiredo e a Ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz, em sua viagem às históricas cidades de Mariana e Ouro Preto, em Minas Gerais, no último dia 26 de janeiro, quando a comitiva visitou as obras de restauração do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, conhecido como Seminário Menor de Mariana, e o Presidente inaugurou a nova sala do Museu de Mineralogia da Escola de Minas de Ouro Preto. As duas edificações são monumentos tombados isoladamente pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, apesar de fazerem parte de cidades já protegidas, o que demonstra sua importância histórico-arquitetônica.

Primeira instituição de ensino em Minas Gerais, o Seminário Menor foi construído entre 1750 e 1780, tendo funcionado até 1978. Desde 1982, o prédio do Seminário vem sendo restaurado, a partir de convênio firmado entre a Fundação Nacional próMemória e a Universidade Federal de Ouro Preto, com a colaboração do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG (SPHAN nº 25, pág. 17).

A execução do projeto, elaborado pela Arquiteta Maria Carmem Perillo, do IEPHA, está a cargo da equipe de obras da UFOP, com verbas da Fundação Nacional próMemória. Cerca de Cr$ 55 milhões já foram empregados na estabilização das fundações e estruturas de madeira, substituição de alvenarias, pavimentação e a quase totalidade do telhado, além de obras de acabamento. Serão necessários para a conclusão dos trabalhos mais Cr$ 150 milhões, segundo previsão dos técnicos da 7ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, responsável pela supervisão do projeto.

Uma vez restaurados, os 4.800 metros quadrados do Seminário irão abrigar as dependências do Instituto de Ciências Humanas da UFOP. O Reitor da Universidade, Maurício Lanski, afirmou na ocasião que "a obra está sendo realizada arduamente, contando com a colaboração de anônimos trabalhadores que estão se especializando, de forma autodidata, na restauração de prédios barrocos. Pouco a pouco eles estão adquirindo *know-how* numa arte específica, o que os tem tornado uma força de trabalho rara, típica e imprescindível para uma cidade como Ouro Preto – Patrimônio Cultural da Humanidade".

A tradicional Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto, edificação do Século XVIII originalmente destinada a residência dos Governadores de Ouro Preto, ganhou uma nova sala de exposições, com capacidade para abrigar os 2.000 minerais mais ricos e expressivos de um acervo de 20.000 peças catalogadas, considerado pelos especialistas no assunto como um dos mais importantes do mundo. A adaptação da sala foi supervisio-

Arquivo SPHAN/próMemória



Seminário Menor de Mariana

nada pela SPHAN/próMemória.

O custo da adaptação, estimado em Cr$40 milhões, foi arcado pela FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, da SEPLAN – e pelo CNPq – Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Na nova sala do Museu de Mineralogia, atualmente o mais moderno da América do Sul, destaca-se a iluminação, similar à do Museu da Escola de Minas de Paris, que permite aos visitantes, estudiosos e cientistas, uma amostra perfeita das peças expostas, em suas cores e tonalidades naturais. São 17 vitrinas usando uma técnica de iluminação especial, evitando que as pedras entrem em contato com a luz solar e com raios ultravioleta, que causam degeneração. O salão, embora moderno, aproveitou as características antigas do prédio, como o piso de quartzito róseo polido e as sancas de pinho de riga.

A Ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz, ao discursar na Biblioteca da Escola de Minas, fez um histórico da Escola, ressaltando o grande benefício que prestou ao Brasil na formação de técnicos.

Ruas de Prado protegidas por lei municipal

A Prefeitura de Prados (MG) sancionou a Lei Municipal nº 712, determinando o tombamento de diversas ruas da cidade, tendo em vista a preservação da arquitetura remanescente do período colonial. Comunicação nesse sentido foi feita à 7ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória pelo Presidente da Câmara Municipal, Vereador Roseni Pinheiro.

De acordo com a Lei, foram tombadas as Ruas Cel. João Luiz, Cel. José Manoel, Cap. Manoel Dias de Oliveira, Pe. Assis Bonfim, José Silva Filho, 13 de Maio, Dr. Antônio Patrício de Assis, Expedicionário Geraldo Gomes, Magalhães Gomes, Cel. João Antunes, Expedicionário Otávio Carlos e Campos Chagas, Praças João Carvalho Silva e Dr. Viviano Caldas, a Travessa Tiradentes e o Largo do Rosário.

Nesses locais foram proibidas a demolição ou descaracterização das edificações existentes, ficando qualquer tipo de intervenção ou reforma sujeitas à aprovação e fiscalização da Prefeitura.

Segundo o Diretor Regional da SPHAN em Minas, Dimas Dario Guedes, a iniciativa do Legislativo e do Prefeito de Prados, Roberto Miranda do Nascimento, demonstra "a sensibilidade para com a preservação da memória cultural e histórica da cidade e deveria ser seguida por vários outros municípios mineiros".

Segundo Dimas, várias cidades possuem bens culturais de valor local, que não justificam o tombamento pelo Patrimônio Federal ou Estadual, cabendo sua proteção ao próprio Poder Municipal. Nesse sentido, a 7ª DR da SPHAN/próMemória, sediada em Belo Horizonte, está fornecendo ao Município toda a orientação relativa a tombamento e legislação específica, procedimento que pode ser estendido a outras Prefeituras – desde que assim se manifestem – por ser essa uma das funções e preocupações atuais da Diretoria Regional.

Arquivo IEPHA/MG



Aspecto da Rua Coronel José Manoel; residências nº 87 e 51

Prados está situada na região do Campo das Vertentes, a mais ou menos 20 km de São João Del Rei. A cidade foi fundada no princípio do Século XVIII, por paulistas da Família Prado. A vida econômica iniciou com a exploração aurífera, evoluindo mais tarde para agropecuária e artesanato em couro e fibras naturais, com a produção especialmente de arreios e tapetes, conhecidos nacionalmente.

O Município possui uma vida cultural de tradição tipicamente barroca, com destaque para o Festival de Música Erudita, realizado anualmente em julho. Além disso, mantém um Teatro Amador, o Jornal *A Prata da Casa*, editado por um grupo de jovens, e tem nas comemorações religiosas um atrativo especial para os visitantes.

Entre as personalidades ilustres nascidas no Município, destacam-se o Inconfidente João Resende Costa e Estevão Ribeiro de Resende, o Marquês de Valença.

O único monumento tombado no Município, pelo Patrimônio Nacional, é a Igreja de Nossa Senhora da Penha, no distrito de Vitoriano Veloso. Atualmente encontra-se em estudos o tombamento, também a nível federal, da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

CEARÁ

Nossa Senhora da Conceição de Almofala e Mercado de Carnes de Aquiraz entregues às comunidades

Os treze quilômetros da estrada arenosa que separa a comunidade de Almofala da cidade mais próxima, Itarema, no município de Acaraú (CE), amanheceram com uma paisagem diferente no dia 17 de fevereiro último: margeando o caminho, grandes palmas de coqueiro fincadas no chão compunham, com bandeirolas coloridas, uma singela decoração organizada pelos moradores para receber a procissão que reconduziria definitivamente as imagens de Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Rosário e de São José ao seu local de origem, a histórica Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Almofala, totalmente recuperada pela SPHAN/prόMemória através da 3ª Diretoria Regional. A procissão, acompanhada por centenas de pessoas, marcou o início dos festejos pela devolução à comunidade deste monumento tombado a nível federal e reuniu toda a população da Almofala e arredores, além de autoridades, arquitetos, pessoas e instituições ligadas à área da cultura no Ceará. Estava presente também à solenidade o Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vilaça, que encerrava com a Igreja de Almofala a entrega de obras, iniciada na véspera com a inauguração do Mercado de Carne da cidade de Aquiraz, primeiro no gênero a ser tombado e restaurado no Brasil.

Foi a maior festa já realizada em Almofala, segundo moradores desta pequena localidade litorânea situada a 280 km de Fortaleza e que sobrevive basicamente da pesca e do coco. Sorridentes e curiosos, poucos arredaram pé do causticante areal em cujo centro a Igreja de Nossa Senhora da Conceição (SPHAN nº 22, pág. 33) esperava, com toda sua beleza original, o início da solenidade que marcava sua devolução definitiva à comunidade.

Desde a chegada da procissão, às 9 horas, uma verdadeira multidão concentrou-se na "praça" da Igreja, onde não havia uma sombra sequer que amenizasse o sol cearense. Igreja e areia fundiam-se num mesmo bloco de uma brancura extrema, que contrastavam

Arquivo SPHAN/prόMemória



Igreja de Almofala coberta pela areia

Arquivo SPHAN/prόMemória



Igreja de Almofala depois da retirada da areia

Stênio Saraiva



Nossa Senhora da Conceição de Almofala, recuperada

com as roupas coloridas de festa e com o céu azul.

Aberta ao público, muitos preferiram esperar no seu interior, rapidamente tomado por orações e por grupos que visitavam todas as dependências do prédio. As obras consistiram numa minuciosa recuperação da capela-mor, nave, sacristia, torre sineira e pintura, divididas em duas etapas que duraram um ano, e foram executadas pela 3ª Diretoria Regional da SPHAN/-próMemória.

O Arquiteto Domingos Linheiro, responsável pela 3ª DR., destacou no trabalho o cuidado em recuperar alguns detalhes da frontaria da Igreja, baseado numa antiga foto anterior à sua última reforma, bem como a intencional simplicidade do novo altar-mor, de linhas bastante estilizadas, devido à falta de informações a respeito do altar original, que foi inteiramente destruído.

Eram cerca de 11 horas quando, após algum atraso, chegou a comitiva oficial, que foi recebida com fogos de artifício. Integravam o grupo, além do Secretário Vilaça e esposa, o Secretário da Cultura do Ceará, Joarivar Macedo; o Deputado Orzete Ferreira Gomes, representante do Governador Gonzaga Mota; e os Prefeitos de Fortaleza, César Cals Neto, e de Acaraú, João Jaime, entre outros. Após os discursos, foi assinado um termo de compromisso pelo qual a Diocese local assumiu a responsabilidade pela conservação do monumento.

Um ato litúrgico, celebrado em seguida por Dom Paulo Pontes, Bispo de Itapipoca, e uma apresentação da Dança do Torém, exemplo do folclore da região, encerraram festivamente o ato, já no início da tarde.

Usando muitos adereços de penas e chocalhos, cerca de vinte remanescentes da Tribo Tremembé, primitiva ocupante da área, permaneceram dançando e entoando cânticos rituais na porta da Igreja até que a multidão se dispersou.

A IGREJA

De concepção barroca, mas mesclando elementos eruditos e populares, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição foi erguida no século XVIII, sendo o marco do início da ocupação da área. As terras entre os Rios Aracati-Mirim e Aracati-Açu, onde está situado o atual povoado de Almofala, foram doadas, através de Carta Régia do Governo Português datada de 8 de janeiro de 1697, com o objetivo de fixar em aldeia os índios Tremembé, então nômades. A pequena capela de taipa com cobertura de palha, construída pelo Padre José Borges Novais na fundação do povoado, daria lugar anos mais tarde à igreja de alvenaria. Consta que grande parte dos materiais de construção veio por mar, da Bahia até o Porto de Acaraú, de onde seguiram para a obra em carros-de-boi.

Um fato pitoresco marcou a história desta igreja: ela foi soterrada por uma gigantesca duna de areia, que começou a avançar em 1897, empurrada pelos ventos. No princípio de 1898, com o agravamento da situação, o Bispo da Província do Ceará, Dom Joaquim José Vieira, autorizou a retirada dos objetos de culto existentes no interior do templo, e o seu envio para a Capela de Nossa Senhora dos Navegantes, em "Tanque-do-Meio", atual Itarema. O Padre Antônio Tomás, Vigário de Acaraú, chegaria ao povoado no dia 9 de outubro deste mesmo ano, para realizar a transferência. Porém a multidão, emocionada, quase impediu a retirada dos santos, chegando a haver luta após a missa. Esta última cerimônia antes do desabamento do telhado da Igreja, devido ao peso da areia, reuniu, segundo relatos da época mais de três mil pessoas madrugada a fora, momento em que o vento estava mais branco.

Restava apenas a estrutura de alvenaria quando, mais de 40 anos depois, os mesmos ventos descobriram a Igreja. O empenho da comunidade local deu novamente à Almofala condições de utilização, após um longo tra-

Arquivo SPHAN/*pró*Memória



Mercado de Carnes - Aquiraz

balho de recuperação feito em meio à falta de recursos e sem maior rigor técnico, que seria dado por concluído em 1947. Antes disso, em 1944, as imagens puderam retornar, conduzidas por uma grande procissão.

Tombada em 18 de abril de 1980 pela SPHAN/*pró*Memória, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição pôde ser recuperada em 1983, juntamente com o Mercado de Carne de Aquiraz.

AQUIRAZ

Originalmente denominada "Vila da Capitania do Ceará", Aquiraz foi a primeira capital da província, instalada no início do século XVIII e permanecendo como sede dos poderes da Capitania até 17 de janeiro de 1789, quando o governo foi transferido para a Vila de Fortaleza. Do seu acervo patrimonial remanescente, destacam-se a Igreja Matriz de São José de Ribamar e a Casa de Câmara e Cadeia, que atualmente abriga o Museu Sacro de São José, importantes marcos da arquitetura colonial no Ceará. Seu exemplar mais significativo, porém, é uma edificação de planta quadrada, sem paredes e com uma estrutura feita à base de carnaúba, de grande simplicidade e despojamento, e por isso valiosa: o antigo Mercado de Carne de Aquiraz, (SPHAN nº 25, pág. 1), um dos mais expressivos elementos de arquitetura genuinamente popular do país, restaurado pela 3ª DR. e devolvido à população no dia 16 de fevereiro último.

A solenidade, iniciada às 17 horas, contou com as presenças do Secretário Vilaça, de autoridades e personalidades locais, entre as quais o Prefeito de Aquiraz, Carlos Augusto Pires; o Secretário da Indústria e Comércio do Estado, Danilo Pereira; o Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Irapoan Cavalcante de Lyra; deputados e vereadores. O governador Gonzaga Mota foi representado pelo Secretário da Cultura do Estado, Joarivar Macedo.

Durante seu pronunciamento, Marcos Vilaça destacou que o trabalho desenvolvido pela SPHAN/*pró*Memória no Mercado partia de uma concepção ampla de cultura, afirmando que "não se pode considerar como bem cultural somente as coisas elitizadas". Vilaça confirmou a segunda etapa de obras do monumento, que será executada ainda este ano, envolvendo o conjunto de lojas situado no entorno do Mercado de Carne. As lojinhas, atualmente em péssimo estado de conservação, serão restauradas e ocupadas com atividades não-comerciais, voltadas para a comunidade. Nelas já funcionam o Cartório Eleitoral, a Junta Militar e o escritório local do Inamps.

O prédio do Mercado, por sua vez, foi adaptado para servir de escola para aproximadamente 40 crianças de três a cinco anos de idade, a ser mantida pela Prefeitura de Aquiraz. A utilização do monumento é tida como imprescindível para evitar um novo abandono e a conseqüente deterioração, segundo Domingos Linheiro.

José Rodrigues Neto - FNPM



RIO GRANDE DO NORTE

Secretário visita obras de recuperação de monumentos no Estado

O Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vilaça, esteve nos dias 22 e 23 de fevereiro no Estado do Rio Grande do Norte para visitar as obras de recuperação de monumentos históricos, atualmente sendo executadas com a participação da Secretaria da Cultura do MEC, através da Fundação Nacional próMemória, e também definir diretrizes de atuação conjunta com os órgãos da área cultural do Estado.

Em Natal, o Secretário e seus assessores, juntamente com o Presidente da Fundação José Augusto – Valério Mesquita, e com o Delegado do MEC no RN – Luís Eduardo Carneiro, visitaram as obras da Passarela do Forte dos Reis Magos que está sendo reconstruída com outro traçado, mais compatível com o monumento, inclusive sem a interferência visual apresentada pelo outro acesso, cuja estrutura já mostrava graves lesões devido à ação corrosiva do mar sobre as armaduras de ferro (SPHAN nº 14, pág. 4).

O Forte dos Reis Magos, tombado pelo antigo IPHAN em 13/01/1949, é considerado o mais significativo monumento histórico do Rio Grande do Norte.

Ainda na capital do Estado, o Secretário foi recepcionado na sede do Governo Municipal, pelo Prefeito, Engº Marcos Formiga, que na oportunidade apresentou o projeto de restauração da antiga Capitania dos Portos e solicitou apoio financeiro para o empreendimento.

Arquivo SPHAN/próMemória

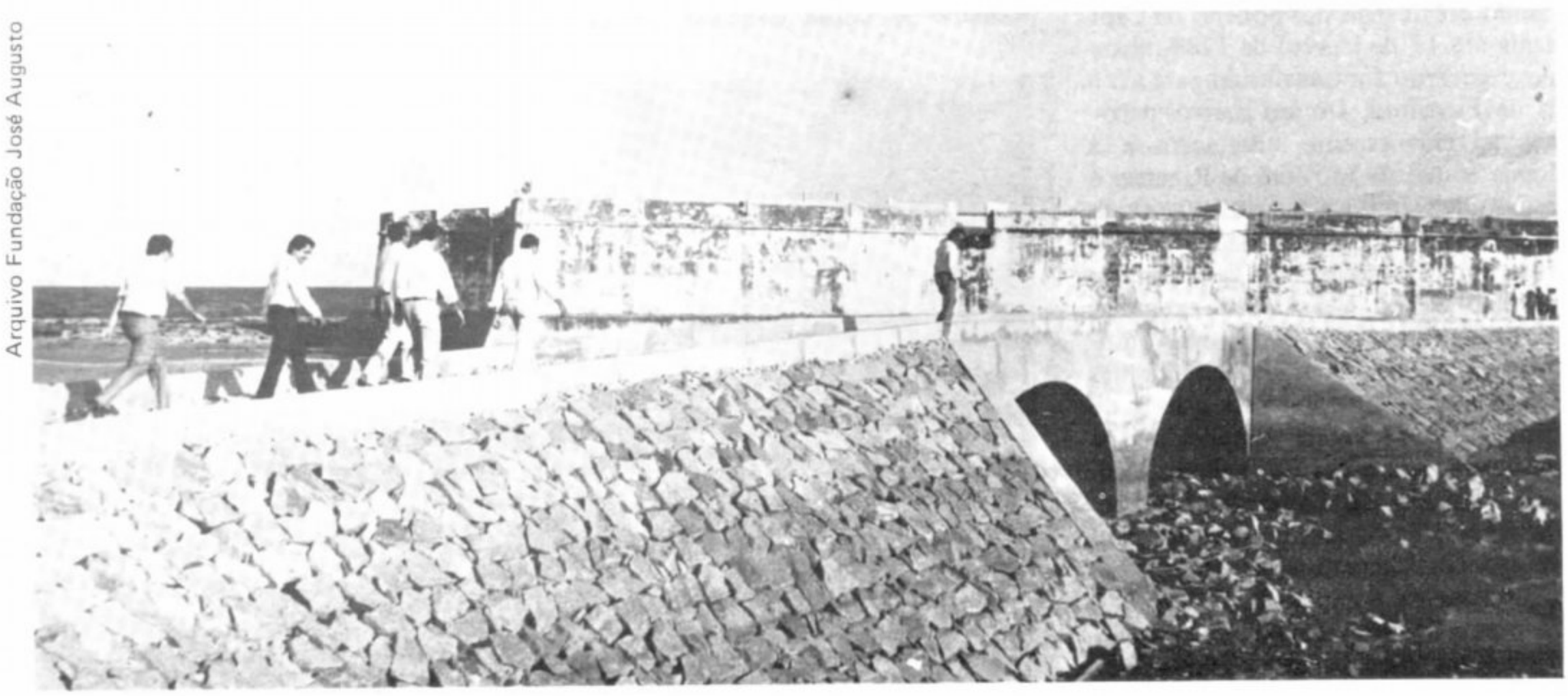


Forte dos Reis Magos - Gravura de B. Montanus

Vila Flor

Vila Flor foi outra cidade visitada por Marcos Vilaça, que desejava ver o andamento do projeto de revitalização urbana (SPHAN nº 14 pág. 1, 2 e 3) que ali está sendo desenvolvido pela

Arquivo Fundação José Augusto



SPHAN 28
*pró*Memória

Fernando Bizerra



Vista parcial da cidade - Praça Vila Flor

Fernando Bizerra



Ruínas da Capela do Engenho do Cunhaú

Fundação José Augusto com recursos da Fundação Nacional próMemória e CNDU através da SUDENE.

Naquela cidade, Marcos Vilaça e assessores, além do Presidente da Fundação José Augusto, foram recebidos pelo Prefeito Antônio Joaquim que, na ocasião, assinou convênio com aquela entidade objetivando a continuação dos trabalhos no núcleo histórico.

A harmonia do conjunto urbano de Vila Flor, tido como um dos últimos remanescentes das primeiras vilas e núcleos setecentistas implantados no país, é o principal objetivo do projeto que está sendo executado e que visa à retirada de edificações do interior da praça onde se encontra a Casa da Câmara e Cadeia, tombada pela SPHAN e a Igreja de N. S. do Desterro tombada pelo Estado do RN e recentemente restaurada com recursos do Programa de Cidades Históricas da SPHAN/próMemória e Governo do Estado.

Marcos Vilaça visitou ainda as ruínas da capela do Engenho Cunhaú, no Município de Canguaretama. A consolidação dessas ruínas tombadas pelo antigo IPHAN em 16 de junho de 1964, integra a lista de prioridades da 3ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória para este ano.

O Secretário Vilaça visitou ainda os restos da capela de N. S. das Candeias e considerou da maior importância a intervenção que se pretende realizar visando à valorização daquele

Fernando Bizerra



Antiga Capitania do Porto

importante marco da história local. Os estudos para a intervenção no monumento já estão sendo elaborados por técnicos da Fundação José Augusto, com a participação e orientação técnica da 3ª Diretoria Regional da SPHAN/prómemória.

A capela de N. S. das Candeias foi palco de momentos significativos para a história do Rio Grande do Norte durante a invasão holandesa. Naquele local, índios da região a mando dos invasores mataram cerca de 150 pessoas que se encontravam no templo.

Convênio possibilita restauração do Mercado Público de Ceará-Mirim

Fernando Bizerra



Objetivando dar início à primeira etapa das obras de restauração do Mercado Público de Ceará-Mirim (RN), a Fundação Nacional prómemória firmou convênio com a Fundação José Augusto, em 10 de fevereiro passado.

A obra prevê a execução, entre outras, das seguintes medidas: retelhamento; construção de pisos; substituição do reboco e esquadrias consideradas imprestáveis, bem como remodelação das instalações elétricas e sanitárias.

O Mercado Público de Ceará-Mirim, tombado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, foi construído pelo Cel. Onofre José Soares e inaugurado a 27 de dezembro de 1881, para onde foi transferida a feira local, até então realizada na Rua Grande. Guardando ainda hoje seu aspecto simples e marcante, a construção, que possui caracteres neoclássicos e inúmeros elementos decorativos, é rodeada por uma praça, provida de estabelecimentos comerciais, que recebeu o nome do seu criador.

Caberá à Fundação José Augusto a realização dos serviços de restauração necessários – sempre sob a orientação técnica e aprovação da SEC e da prómemória, ficando por conta da Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim a manutenção e conservação do monumento após o término da restauração.

A partir da efetiva entrega do imóvel à comunidade, o mesmo voltará a ser utilizado como mercado público, não podendo, entretanto, ser realizada qualquer alteração dos ponto--de-vista físico ou de uso, sem a prévia e expressa autorização da SPHAN/prómemória.

Jáneiro/Fevereiro 1984

SPHAN 28
próMemória

MATO GROSSO DO SUL E GOIÁS

A 8ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, que atua sobre os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, concluiu e iniciou diversas obras de conservação e restauração de monumentos, entre os últimos dias de dezembro passado e os primeiros dias de janeiro de 84.
As cidades de Jataí, Trindade, Goiás e Pilar, no Estado de Goiás, tiveram alguns de seus significativos monumentos beneficiados, assim como Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul.
A seguir, a relação dos imóveis beneficiados e a descrição dos serviços realizados.

Museu José Antônio Pereira

Localizado em Campo Grande (MS), teve iniciadas em janeiro suas obras de restauração. O Museu é um conjunto de três edificações construídas no século XIX, pelo fundador da cidade e um de seus filhos. Tombado em abril de 1983, é o único imóvel representativo ainda existente, da época da fundação de Campo Grande.

O atual Museu abrigou originariamente a sede da Fazenda Bálsamo, a qual, juntamente com outras quatro fazendas demarcadas por volta de 1879, caracterizou uma das fases de ocupação da região, determinada por José Antônio Pereira.

Em 1966, a neta de José Antônio doou o local à Prefeitura de Campo Grande, para ser "incorporado ao Patrimônio Histórico da cidade". Foram realizadas então algumas obras de recuperação, que, no entanto, chegaram a descaracterizar o conjunto. O Museu readquiriu algumas de suas características originais em 1979, quando sofreu outras obras de restauro.

Apesar de possuir um acervo já pequeno e desfalcado e de encontrar-se em estado de semi-abandono, a área sempre se constituiu em ponto de atração para os estudantes, principalmente, além de ser um dos poucos locais de turismo na cidade. Sua importância é histórica, pois se constitui em um dos únicos documentos da época da fundação de Campo Grande.

Os recursos financeiros para o projeto de restauração do Museu José Antônio, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, foram alocados através de convênio assinado entre a Fundação Nacional pró-Memória e a Prefeitura Municipal de Campo Grande.

A área do Museu encontra-se próxima à Universidade Federal de Mato Grosso e à Fundação Tia Olívia – pertencente à família dos descendentes do fundador – em zona de relativa ocupação populacional.

O projeto de restauração elaborado pelos técnicos da Secretaria de Educação e Cultura propõe, inicialmente, no local, um programa voltado para princípios pedagógicos através de um contato maior entre Museu/Escola. Propõe, também, a implantação de programação cultural nos fins de semana, de acordo com os interesses da comunidade, e a criação, a longo prazo, de um centro de atividades diárias, pois o uso contínuo deverá assegurar a preservação e a divulgação do Museu, até mesmo em outras localidades do Estado. A manutenção do imóvel, depois de restaurado, ficará a cargo da Prefeitura.

Escola de Artes Veiga Valle

Tradicional estabelecimento do ensino das artes em Goiás (GO), a Escola também teve suas obras de conservação concluídas em dezembro e executadas pela SUPLAN, tal como o anexo do Museu das Bandeiras. O telhado da Escola foi refeito, uma vez que havia ruído e estava quase inteiramente comprometido. Foi feito o retelhamento do prédio, com aproveitamento de 70%, das telhas originais. Foram realizadas, também, a limpeza e a pintura externa do imóvel.

A Escola de Artes Veiga Valle é um dos prédios incluídos no Roteiro Histórico e Artístico tombado de Goiás. Os técnicos da 8ª DR vêm realizando pesquisas para levantar dados históricos sobre o prédio, porém a bibliografia consultada até agora não faz nenhuma referência a respeito. Moradores da cidade garantem que o imóvel nunca sofreu reformas descaracterizadoras, e que lá funcionou, durante um certo tempo, uma cadeia pública.

Igreja do Divino Pai Eterno

A igreja do Divino Pai Eterno, em Trindade (GO), também teve suas obras de restauração iniciadas em janeiro. O Santuário atrai, anualmente, milhares de fiéis, principalmente no período da mais importante festa religiosa do lugar, no primeiro domingo de julho. Há alguns anos foi construído, em local mais afastado, um templo de grandes proporções para receber os romeiros, pois a velha igreja tornou-se pequena para conter o grande número de fiéis.

O velho templo, entretanto, continuou a ser utilizado, principalmente para a celebração dos ofícios diários, mesmo estando em precárias condições de conservação. Por isso, pensou-se em demolí-lo para construir um templo "maior, mais moderno e mais funcional", em seu lugar, segundo informações recolhidas na cidade pelos técnicos que elaboraram o projeto de restauração.

O povo, no entanto, rebelou-se contra a destruição de um monumento não só de sua história, mas também de sua religiosidade. Ao final do ano passado, então, a Fundação Nacional pró-Memória e a Fundação Cultural de Goiás assinaram convênio para alocar os recursos necessários para a restauração do mais famoso santuário da Região Centro-Oeste. Depois de restaurado, o monumento será de novo utilizado para culto religioso e ficará sob a manutenção da Paróquia de Trindade.

HISTÓRICO

Em Barro Preto, pequeno aglomerado urbano existente em terras do Arraial de Campinas, ou Campininha das Flores, por volta de 1840 foi encontrada uma pequena imagem de barro, em forma de medalha, representando a coroação da Virgem Maria pela Santíssima Trindade. A peça foi encontrada na olaria do Sr. Constantino Xavier Maria e de sua esposa, Ana Rosa. O casal, que era bastante religioso, passou a rezar o terço diante da imagem, no que foi acompanhado pelos habitantes do lugarejo.

A devoção à imagem cresceu muito, o que fez com que o Sr. Constantino Xavier construísse uma pequena capela coberta de buriti, iniciando, assim, a romaria anual, que atraía gente de todos os lugares. Em 1866, o Sr. Constantino mandou construir uma nova capela e ornamentou-a com uma imagem em madeira, semelhante à que fora encontrada em barro, encomendada ao famoso escultor Veiga Valle. A imagem original desapareceu.

Em 1911, a capela passou por grandes reformas, quando foram reconstruídas a nave e a capela-mor, em tamanho maior. A nova igreja foi inaugurada na Festa do Divino Pai Eterno, em 1912.

Museu de Arte Sacra da Boa Morte

Arquivo SPHAN/próMemória



As obras realizadas no Museu, na cidade de Goiás (GO), visaram complementar sua restauração para colocá-lo em condição de pleno funcionamento. Concluídos ao final de dezembro pela SUPLAN, os serviços constaram de: revisão e imunização de todo o madeiramento da cobertura; revisão de todo o telhado, com a substituição das peças inadequadas; reparação da cobertura do muro; estabilização das fachadas; revisão e limpeza do forro; restauração dos esteios da sacristia e das esquadrias e revisão das ferragens; revisão da instalação elétrica; pintura e limpeza do monumento.

Para dar maior segurança ao acervo, uma vez que vêm ocorrendo roubos sistemáticos em várias igrejas do Estado, foi instalado um sistema de alarma no Museu, através do Programa Nacional de Museus, da Fundação Nacional pró-Memória. O PNM desenvolveu em Goiás, durante o ano passado, a 1ª etapa do Projeto de Revitalização das Pequenas Unidades Museológicas. O sistema de alarma instalado constitui-se basicamente de pontos de contato magnéticos nas esquadrias, isolados

ou em série, com uma central de controle e alarma sonoro interno e externo. A parte de tubulações foi executada pela própria empreiteira que fez a restauração da Igreja.

A Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte foi tombada pelo antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1950. Até 1967 foi a "Sé da Igreja da Boa Morte", data em que ficou pronta a Catedral da Cidade. Assim, em 1968, foram transferidas da Cúria para a Igreja as imagens, alfaias, paramentos, etc. para compor o acervo do museu ainda sem nome. A 22 de dezembro de 1968 foi formado o Conselho do Museu que, no ano seguinte, em sua 2ª reunião, decidiu estabelecer o nome de "Museu de Arte Sacra da Boa Morte".

A Igreja foi construída em 1779, "no local onde esteve a casa do descobridor de Goiás, pertencente aos mulatos. . ." ou "Confraria dos Homens Pardos da Boa Morte" (in *Viagem ao Interior do Brasil*, de Johann Emmanuel Pohl). Situada entre as atuais ruas Luís Ramos de Oliveira Couto e Félix de Bulhões, com a fachada frontal voltada para a Praça Castelo Branco, ocupa posição privilegiadíssima no Centro Histórico de Goiás.

É um templo pequeno, com a planta da nave oitavada e irregular. Na parte posterior encontram-se duas salas ao rés do chão e uma superior, por trás do altar-mor. Em março de 1920 a Igreja sofreu um incêndio que destruiu grande parte do seu acervo, inclusive o altar-mor. Restaram somente dois altares laterais, que hoje atestam a beleza das pinturas existentes antes do incêndio.

As restaurações mais recentes sob a responsabilidade da SPHAN constituiram-se de: recuperação da fachada principal e pinturas gerais, em 1977; restauração geral, adaptação e ambientação para o Museu, em 1978/79; construção de instalação sanitária em 1980.

13 casas residenciais

Na cidade de Pilar (GO), foram concluídas em dezembro as obras de consolidação e estabilização estrutural de 13 casas da área histórica. Os serviços constaram ainda de recomposição das coberturas (telhas e madeiramento), reconstituição de revestimentos em mau estado e caiação, esta última para impermeabilização das paredes e revestimentos, bem como para arejamento interno e valorização visual do conjunto das casas.

Para a seleção dos imóveis que foram atendidos, uma vez que os recursos seriam insuficientes para todos os da área histórica, uma equipe técnica da SPHAN/SUPLAN passou dois dias em Pilar examinando caso a caso. Foi utilizado prioritariamente o critério do estado de arruinamento e, nos casos de dúvida, a condição social do proprietário ou a situação do imóvel no conjunto da cidade. Duas residências receberam serviços de restauração, não havendo outra solução já que se encontravam praticamente em ruínas.



Residência da área histórica tombada

ORIGEM

Pilar teve origem nas minas de ouro descobertas em 1741, pelo bandeirante João Godoy Pinto da Silveira. O arraial ali formado se chamou, inicialmente, Papuan, pela abundância dessa espécie de capim. Mais tarde foi substituído por Pilar, em homensagem à padroeira da paróquia.

A riqueza das minas de Pilar provocou no arraial um desenvolvimento acelerado, durante a primeira metade do século XIX. Isso se refletia no aspecto da povoação, cujo conjunto de casas superava em luxo e acabamento a todos os outros arraiais da comarca do sul, com exceção unicamente da capital. O decreto que elevou Pilar à categoria de Vila, em 1831, mencionava com orgulho a existência "de três ruas bem calçadas, um abundante chafariz de excelente água, 246 casas, quatro igrejas, três companhias de cavalaria miliciana, uma de Henriques e duas de ordenança.

Já na segunda metade do século, os filões de ouro apresentavam mostras de exaustão. O golpe que precipitou a cidade a uma definitiva decadência veio às vésperas deste século, sob a forma de uma devastadora peste suína, que matou centenas de pessoas e provocou o exôdo de outras tantas.

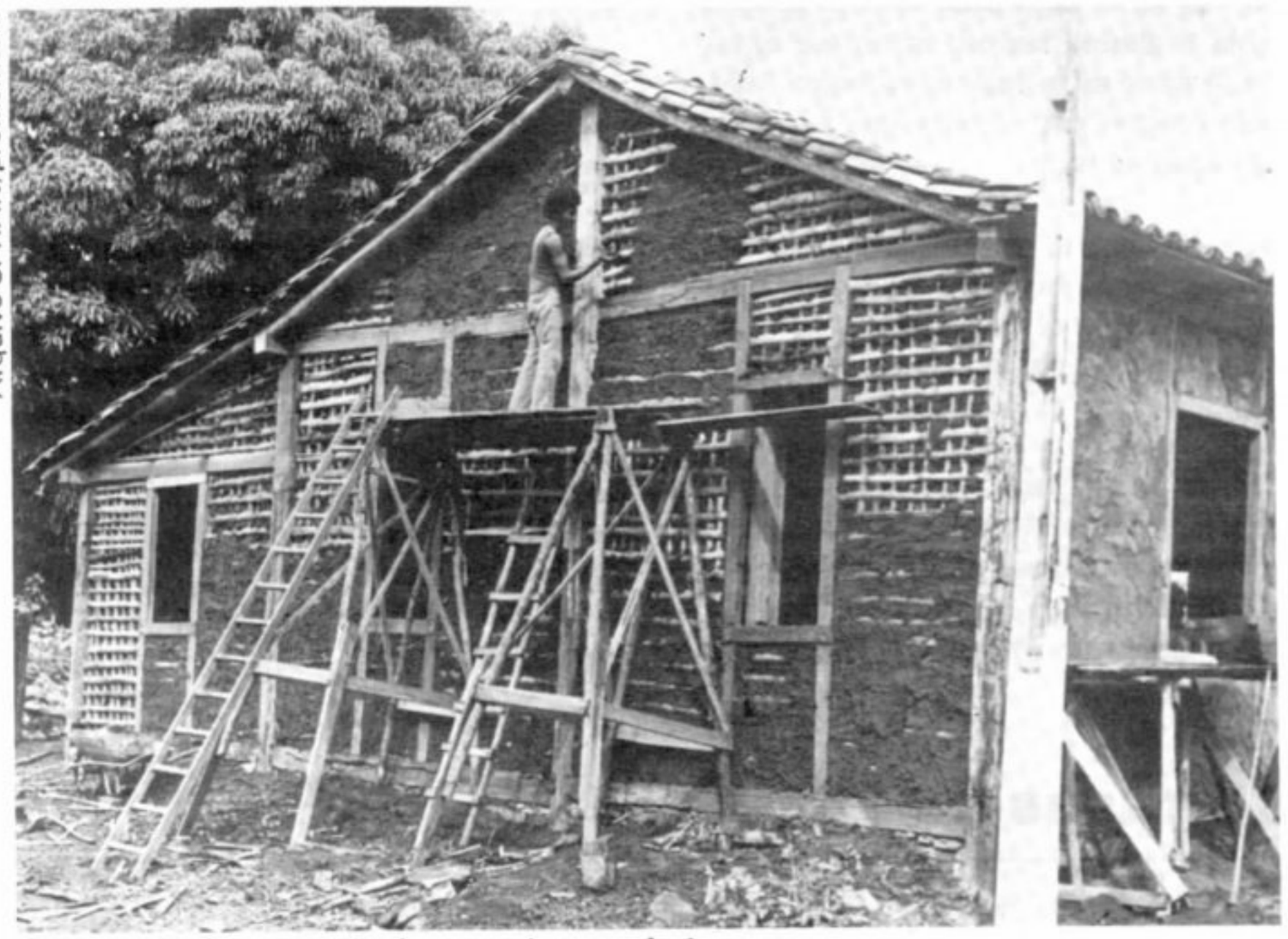
Pilar permaneceu isolada de Goiás e do resto do país por quase um

século e meio, o que se traduz hoje em atraso e pobreza. Porém, do ponto de vista histórico e artístico, a seqüência dessas duas fases, o momento de grandeza e a decadência e total isolamento até os dias atuais, faz de Pilar um caso único em Goiás, pois a cidade apresenta um conjunto histórico ainda não adulterado e, por outro lado, significativo, ao contrário do que se observa em outras cidades paradas no tempo.

O Acervo Arquitetônico e Paisagístico de Pilar foi tombado pela então DPHAN em 1954. Ainda hoje, o processo de descaracterização desse acervo encontra-se praticamente paralisado, embora correndo um grave risco, em virtude do grande afluxo de firmas de mineração e de garimpeiros que para lá têm-se voltado desde 1981. Esse fato, somado à condição de extrema pobreza da maioria da população, que leva à impossibilidade concreta de manutenção das edificações, tornou imperiosa a intervenção da 8ª DR, num esforço de proteger a área histórica remanescente.

Dessa forma, intensifica-se a colaboração necessária entre a SPHAN e a comunidade local, que por diversas vezes tem solicitado a participação da instituição em ações de preservação e de apoio a atividades culturais (SPHAN nº 12, pág. 17 e 18 e nº 22, pág. 17 e 18).

Arquivo SPHAN/próMemória

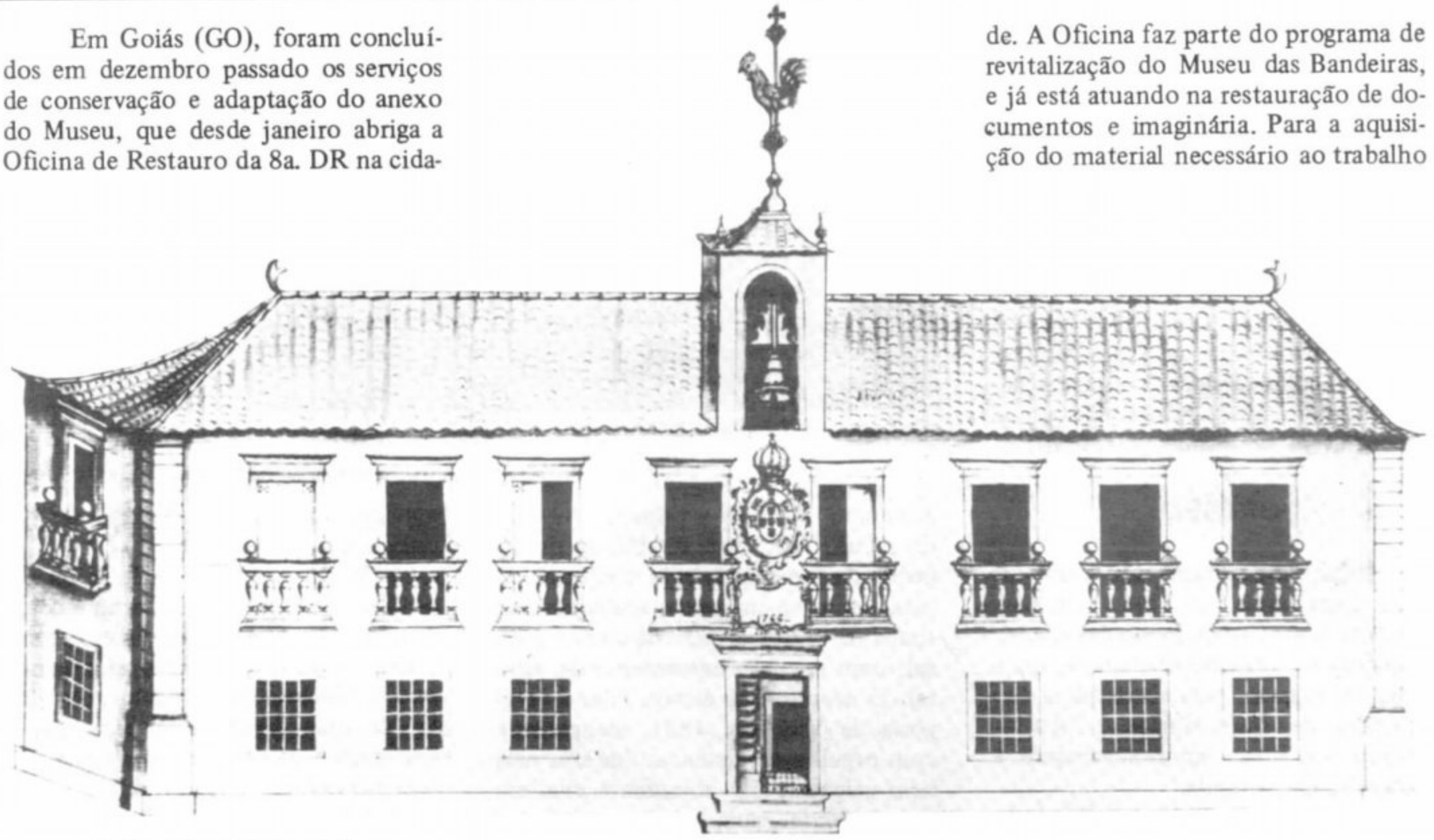


Restauração de construção de pau-a-pique tombada.

Museu das Bandeiras

Em Goiás (GO), foram concluídos em dezembro passado os serviços de conservação e adaptação do anexo do Museu, que desde janeiro abriga a Oficina de Restauro da 8a. DR na cidade. A Oficina faz parte do programa de revitalização do Museu das Bandeiras, e já está atuando na restauração de documentos e imaginária. Para a aquisição do material necessário ao trabalho

Arquivo SPHAN/próMemória



Arquivo Ultra-Marino (Lisboa)

Jáneiro/Fevereiro 1984

SPHAN 28
*pró*Memória


Arquivo SPHAN/próMemória

Museu das Bandeiras, após a restauração

que vem sendo desenvolvido na Oficina, os técnicos restauradores da Fundação Nacional próMemória contaram com o apoio da Delegacia do MEC em Goiás.

Os serviços executados abrangeram a demolição de uma parede interna, para abertura de porta entre os dois ateliês; retirada de toda a instalação elétrica aparente e colocação de nova instalação, com tubulação embutida ou sobre o forro de madeira; colocação de forro de madeira de lei em dois cômodos; obras de carpintaria (prateleiras, mesa de trabalho e escada); pintura interna e externa e limpeza final

O Museu das Bandeiras é monumento tombado pelo Patrimônio Histórica desde 1951. Abriga em seu acervo peças do artesanato goiano – além de um riquíssimo arquivo de documentos históricos sobre a administração da Capitania e da Província de Goiás – que agora estão começando a ser recuperadas (SPHAN nº 21, pág. 10). O Museu passou por obras completas de restauração no final do ano de 1982.

Igreja Nossa Senhora do Carmo

As obras de restauração e adaptação para instalação do Centro de Referência Musical do Estado de Goiás, executadas pelas SUPLAN, foram concluídas nos últimos dias de dezembro passado. Os serviços executados abrangeram a revisão geral e imunização do madeiramento do telhado; substituição de telhas em mau estado; revisão, imunização e calafetação do forro de madeira da nave e da capela-mor (este último foi totalmente refeito, com tábuas de características idênticas às retiradas); restauração das escadas de acesso ao Coro e ao Púlpito; reconstituição de toda a instalação elétrica, conforme projeto técnico elaborado pela 8ª DR; construção de instalações sanitárias; revisão, restauração e imunização das esquadrias; restauração do assoalho; pinturas gerais e limpeza do monumento.

Já há alguns anos a 8ª DR, aliada à Universidade Federal de Goiás, ao Arcebispado de Goiás e àOrganização



Arquivo SPHAN/próMemória

Igreja de Nossa Senhora do Carmo

Vilaboense de Artes e Tradição-OVAT, vem intentando instalar na Igreja do Carmo um Museu da Música. A cidade de Goiás, entre outros atributos e tradições reconhecidas, detém extensa história musical desde a época do Brasil Colônia. Em seu isolamento provinciano produziu belíssimas páginas, tanto na música sacra como na semi-erudita, ambas com características próprias regionais. É da mais alta importância a preservação dessa história, bem como sua revitalização. Nesse sentido, deverá ser assinado ainda neste semestre um convênio entre as instituições citadas, visando à instalação do Centro de Referência na igreja restaurada.

A Igreja de N. Sa. do Carmo é monumento tombado pela SPHAN desde 1950, juntamente com outras igrejas e edifícios da cidade de Goiás. Foi construída em meados do século XVIII. Situa-se no alinhamento da Rua Couto Magalhães, e tem sua arquitetura bastante simples, com fachada plana e sem torre. A planta da nave e altar-mor é retangular e pequena. A última obra de restauração esteve a cargo da GOIASTUR, sob a orientação da 8ª DR.

Sobrado Francisco Honório de Campos

Localizado na cidade de Jataí (GO), teve sua restauração também iniciada em janeiro passado. Monumento tombado a nível estadual, o Sobrado é um belo exemplo da arquitetura de fins do século XIX existente no Sudoeste de Goiás.

O imóvel encontrava-se em precário estado de conservação. Ao final do ano passado, a Fundação Nacional próMemória e a Fundação Cultural de Goiás firmaram convênio, com a interveniência da SEC/MEC e da SUPLAN /GO, para alocar recursos financeiros para o projeto de restauração do monumento, que enquadra-se nos objetivos do Programa de Cidades Históricas da SPHAN/próMemória.

Construído durante os anos oitenta do século passado, o Sobrado apresenta sacadas corridas e isoladas, em ferro batido, o que faz lembrar a arquitetura de Ouro Preto, de onde era originário Serafim Borges, seu segundo proprietário e que concluiu a obra. Mais tarde adquirido por Francisco Honório, o casarão abrigou a partir de 1920 o Colégio Novais e a Escola do Prof. Nestório Ribeiro.

O caráter de desprendimento de Francisco Honório levou-o a doar o imóvel a uma Fundação de objetivo educacional, sob a condição de que ali funcionasse ou uma entidade beneficente de amparo às crianças pobres, ou uma escola, preferencialmente primária, na qual pelo menos 10% dos alunos pudessem estudar gratuitamente. A escola funcionou por pouco tempo.

Sentindo dificuldades para aproveitar o prédio de acordo com o desejo do avô, as netas de Francisco Honório decidiram propor a sua encampação pela Fundação Cultural de Goiás. Em virtude das cláusulas do Termo de Doação, isso não poderia ser feito. O Governador do Estado determinou, então, a desapropriação do imóvel e, assim, ele pôde ser adquirido pela FCG, cujo Instituto do Patrimônio Histórico-Artístico elaborou o projeto de restauração, atualmente em execução.

Segundo os técnicos que elaboraram o projeto, a comunidade jataiense aguarda com ansiedade a restauração do imóvel, "desejosa de colaborar com a instalação do Centro de Cultura" proposto pelos herdeiros de Francisco Honório, que dele receberam a incumbência de utilizar o prédio a bem da comunidade.

O Centro Cultural propiciará a instalação do Arquivo Histórico de Jataí, atualmente sem acomodação adequada, e do Museu Antropológico da Micro-Região de Caiapó, onde se localiza a cidade; a FCG supervisionará o Centro, e também ficará com a obrigação de manter o monumento em perfeito estado de conservação.

NOTICIÁRIO

prόMEMÓRIA RESTAURA CASA DE ODILON NUNES

A Fundação Nacional pró-Memória e a Secretaria da Cultura, Desporto e Turismo do Piauí firmaram convênio visando à realização das obras de restauração da Casa Odilon Nunes, localizada na cidade de Amarante. Além de dar apoio técnico e arquitetônico, a prόMemória acompanhará e fiscalizará as obras por intermédio da 2ª Diretoria Regional. A Secretaria piauiense terá o compromisso de manter controle sistemático da execução física e financeira da obra.

Dentre os trabalhos de restauração estão previstos: recuperação ou substituição das telhas, de alguns trechos de alvenaria, reforço das fundações, aproveitamento de todas as esquadrias existentes, que receberão os devidos reparos.

Situada às margens do rio Parnaíba, a cidade de Amarante viveu o seu apogeu até a década de 30, quando tinha por base as atividades comerciais de navegação. Naquele período de desenvolvimento econômico havia uma grande efervescência cultural: funcionavam dois teatros, bandas de música e grêmios literários. Hoje, a cidade possui um conjunto arquitetônico harmonioso e de grande valor histórico.

Arquivo SPHAN



Casa de Odilon Nunes, Amarante.

A Casa Odilon Nunes é um exemplo característico do tipo de construção predominante na época, constituindo uma réplica perfeita da arquitetura colonial portuguesa. O imóvel, construído dentro dos padrões usuais para edificação, utilizados na região, apresenta como detalhe de excepcionalidade as rebuscadas vergas das portas e janelas principais, esculpidas em uma única peça de madeira. O monumento será utilizado para sede da Biblioteca Municipal "Professor Odilon Nunes", em homenagem ao escritor piauiense nascido na cidade, e abrigará também o Museu local e o Teatro Nasi Castro.

CASA DO CÔNEGO

Também com a Secretaria da Cultura, Desporto e Turismo do Piauí a Fundação Nacional prόMemória firmou outro convênio com a finalidade de alocar recursos financeiros para as obras de restauração da Casa do Cônego, em Oeiras, antiga capital do Estado.

A prόMemória dará apoio técnico-arquitetônico, por intermédio da 2ª Diretoria Regional.

A execução dos serviços está a cargo da Secretaria piauiense e dentre os trabalhos a serem executados estão: recuperação e substituição das telhas, substituição ou reparo de todo o madeiramento (incluindo imunização), reconstrução de trechos de alvenaria, reforço das fundações, reforma de todo o piso e obras de revestimento.

A Casa do Cônego foi construída no século XIX sendo considerada uma típica morada piauiense. Incluída no roteiro do Nordeste, a cidade de Oeiros terá na casa restaurada uma pousada para os inúmeros visitantes que recebe periodicamente.

prόMEMÓRIA INSTALA REPRESENTAÇÃO TÉCNICA EM OLINDA

Em Olinda (PE), foi inaugurado no dia 27 de janeiro passado, com a presença do Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vilaça, mais um Escritório Técnico de Representação Regional da SPHAN/prόMemória, a exemplo do ocorrido em Paraty (SPHAN nº 26, pág. 17).

Funcionando como posto avançado da 4ª Diretoria Regional da SPHAN, a abertura dessa representação técnica

Desenho de Ernesto Lucas Vilaça



Casa com Muxarabi na Rua do Amparo

possiblitará um contato direto entre a instituição e a realidade local, agilizando e permitindo um tratamento mais eficaz aos projetos de recuperação e conservação em execução, ou previstos, especialmente os relativos à Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda-CPSHO, da Municipalidade.

O Escritório Técnico localiza-se na Rua do Amparo, 28, onde antes funcionava o CPSHO. A casa, uma construção do Século XVIII, foi especialmente restaurada para abrigar a representação regional da SPHAN. É um monumento tombado, de especial valor, que sobreviveu à onda de descaracterização provocada pela vinda da Família Real ao Brasil, em 1808. Possui um balcão em muxarabi, sendo uma das duas casas existentes em Olinda com esse tipo de balcão, característico da influência moura sofrida pela arquitetura colonial.

O escritório tem como representante técnico o Arquiteto Vital Pessoa de Melo. O Secretário da Cultura, falando na inauguração, ressaltou a importância do escritório em Olinda, "pois além da função de preservação e recuperação dos monumentos históricos, o morador daqui que quiser reformar sua casa poderá ser orientado pelos técnicos para não alterar a arquitetura original da cidade".

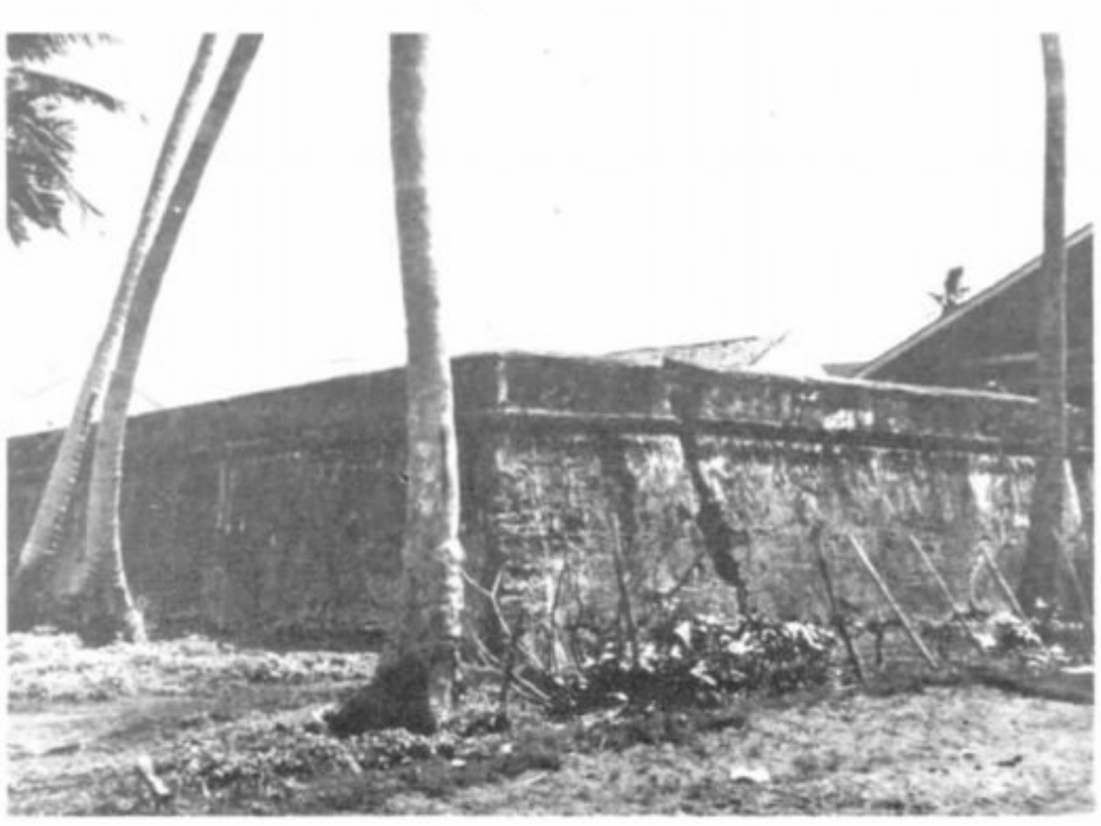
próMEMÓRIA
TOMBA FORTE DO QUEIJO

O Forte de São Francisco, mais conhecido como Fortim do Queijo, foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mediante aprovação do Conselho Consultivo da SPHAN em reunião dia 12 de janeiro de 1984.

A decisão do tombamento está baseada no fato de o monumento ter-se constituído num elemento significativo da resistência do povo brasileiro à invasão estrangeira na região, ao longo da história brasileira, e de ser um dos poucos exemplares, de seu estilo, que restam naquela faixa litorânea. "Apesar de já protegido, por ser parte integrante do Sítio Histórico de Olinda, um tombamento individual corresponde melhor à importância da obra", acrescenta o relator do processo, Conselheiro Max Justo Guedes.

Trata-se de um antigo Reduto português, da época da Divisão das Capitanias Hereditárias, transformado em Forte, pelos holandeses, em 1630. Ficou algum tempo sob a dominação dos invasores e foi desativado em 1710, sendo reconstituído pelos luso-brasileiros após a expulsão dos batavos. Sua área é de 32,3m², elevado cerca de 2,70m sobre o terreno natural. Do terrapleno, onde estão instalados dois canhões, desfruta-se um largo horizonte sobre o mar, como é próprio de uma obra, que tinha como incumbência a vigilância do "pernambuco" da praia de Olinda.

A história registra momentos de quase fim de sua existência, pois em pouco mais de 200 anos de vida já se encontrava em ruínas, tendo seus canhões soterrados pela areia. Somente em 1977 foi restaurado pela Prefeitura de Olinda, com a orientação do antigo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, permanecendo até hoje em bom estado de conservação.



Arquivo SPHAN/próMemória

BRASIL CORPO E ALMA

Retratar os diversos contextos culturais brasileiros, abordando de maneira reflexiva as particularidades, os hábitos e tradições das populações de todas as regiões do país, num perfil traçado pelas próprias comunidades, através de seus depoimentos. Esta é a proposta da série "Brasil, Corpo e Alma", resultado de convênio firmado entre as Secretarias da Cultura e de Ensino de Primeiro e Segundo Graus do MEC e a Fundação Roberto Marinho.

A série, veiculada aos sábados pela Rede Globo de Televisão, estreou no dia 28 de janeiro passado com o programa "Nova Lima", que mostrou o trabalhador da Mina de Morro Velho S.A., localizada naquela cidade mineira.

A escolha dos conteúdos dos programas é feita com a participação das comunidades, em um exaustivo processo de pesquisa e contatos com a realidade local. Esta etapa fica a cargo da Secretaria da Cultura do MEC, através da Fundação Nacional próMemória, enquanto a Fundação Roberto Marinho cuida da adaptação da pesquisa à linguagem da televisão, através da equipe da Rede Globo. A edição final dos programas também segue este mesmo sistema de trabalho conjunto entre as duas instituições; conta, ainda, com a participação de um representante da SEPS/MEC.

"Essa produção é de alto valor artístico e cultural. Fruto da cooperação entre as Fundações próMemória e Roberto Marinho, a série merece ser divulgada no Brasil inteiro, principalmente entre os jovens. Ela nos faz conhecer a realidade nacional". A opinião é da Ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz, manifestada após assistir à pré-estréia da série, no dia 20 de janeiro último, no MEC, em Brasília.

PROGRAMAS/ CONTEÚDOS

Nova Lima (MG) – cidade mineira onde está localizada a Mina de Morro Velho S.A., tida como a mais antiga do Brasil. O mineiro cidadão de Minas. O mineiro trabalhador da mina. Suas condições de trabalho, lazer, moradia. Sua música e religiosidade, o sindicato e a colonização inglesa.

Pantanal (MT/MS) – a questão da preservação ecológica diante da ocupação da terra, vista através do avanço da pecuária.

Palmares (AL) – sítio histórico onde se situou a capital do Quilombo dos Palmares. Proposta de reconhecimento como monumento nacional. A questão da terra e da cana-de-açúcar. Palmares de ontem a hoje: de escravo a bóia-fria.

Porto Seguro (BA) – o esmagamento da etnia indígena, que foi a primeira contatada quando da descoberta do Brasil. A Primeira Missa. O Auto do Descobrimento. Os índios Pataxós.

Canarana (MT) – a frente agrícola e a migração gaúcha. Os problemas de adaptação às novas condições. A colonização mal-sucedida.

Congonhas (MG) – a cidade histórica e centro de peregrinação religiosa. A relação dos habitantes com a cidade. A sua principal atividade econômica – a mineração de ferro.

Missões (RS) – a área dos Sete Povos das Missões, ocupação jesuítica que deu origem à República dos Guaranis, no século XVII. O reflexo hoje no sentimento nativista.

Tracunhaém (PE) – a cana-de-açúcar, a cidade-dormitório para os trabalhadores da cana. A produção urbana de artesanato de barro.

São Paulo (SP) – a cultura urbana, as várias cidades dentro da cidade.

Niquelândia (GO) – antiga área mineira que vê ressurgir a mineração nos dias de hoje, de níquel e mesmo de ouro.

Vila Bela (MT) – antiga capital da Província, fundada pela Coroa Portuguesa para proteger da Espanha as jazidas de ouro da região. Hoje é uma comunidade decadente, onde a população negra sobreviveu praticamente isolada.

Juazeiro (CE) – a religiosidade popular no culto ao Padre Cícero.

Pampas (RS) – as tradições e hábitos gaúchos ligados à pecuária. A recente invasão da soja.

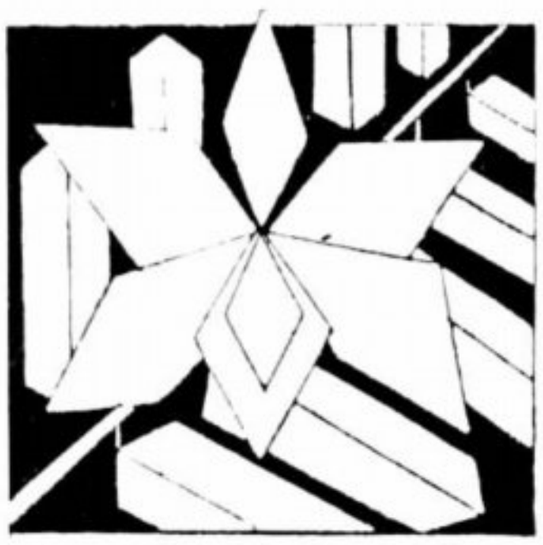
Recôncavo (BA) – área de vasto passado histórico e a realidade atual da indústria petrolífera.

Orleans (SC) – a realidade da colônia, da pequena propriedade e da produção familiar. A colonização italiana, alemã e polonesa.

PRONATURA - 84

Será realizada, de 15 a 19 de julho, na sede da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro (RJ), a II Conferência Brasileira de proteção à Natureza – Pronatura-84.

O evento, promovido pela Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, Fundação Getúlio Vargas, Sociedade Nacional de Agricultura e Museu Nacional, visa à comemoração dos cinqüenta anos do primeiro encontro ocorrido nesse sentido – que representou grande marco nas ações conservacionistas posteriores à década de 30 – bem como a avaliar o esforço envidado pela Classe, no período, e as perspectivas próximas.



Tendo como tônica essencial buscar, com subsídios de entidades governamentais e não-governamentais, definição de uma estratégia nacional de conservação sob inúmeros aspectos, coerente com as recomedações de organizações internacionais tais como: União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e "World Wildlife Fund" (WWF), a PRONATURA'84 enfocará, em debates, os seguintes temas:

"Agricultura predatória-erosão. Desertificação. Biocidas, Agricultura alternativa. Código de uso do solo. Áreas de preservação permanente – Parques e Reservas. Controle dos loteamentos costeiros e de encostas. Manguesais e Restingas. Pesca predatória. Bancos de Algas. Poluição dos Rios e Mananciais. Degradação da fauna fluvial e lacustre. Desaparecimento de espécies. Empobrecimento do patrimônio genético. Conservação da flora medicinal. Espécies ameaçadas de extinção. Preservação em Parques e Reservas. Criação em zoológicos. Responsabilidade comunitária. Formação de uma nova mentalidade conservacionista. Educação ambiental. Ensino da Ecologia em diferentes graus e práticas extra-classes. Papel das entidades: conservacionistas oficiais e não-governamentais. Destruição do patrimônio de fósseis brasileiros – sambaquis, peixes e outros animais da Chapada do Araripe. Florestas petrificadas. Proteção das grutas – espeleologia. Memória nacional – culturas indígenas. Atualização da estrutura oficial de conservação da natureza. Modernização dos preceitos constitucionais e consolidação da legislação. Previsões protecionistas do Código Penal. Participação brasileira em iniciativas internacionais. Novos conceitos para uma política de uso racional dos recursos não-renováveis. Avaliação das perspectivas para as áreas críticas da agricultura e indústria. Revisão do balanço energético, com novas alternativas, para o início do milênio. Grandes ecossistemas. Avaliação crítica das políticas. Destruição da Serra do Mar. Predação do Serrado. Devastação da Hiléia Amazônica. Desertificação da Campanha Gaúcha, do Nordeste e do Sul da Bahia".

A Conferência, cujo símbolo é o Pau Brasil (Caesapinia echinata) – numa estilização da artista Isis Braga – apresentará, também, painéis e desdobramento de comissões técnicas, além de eventos paralelos – encontros e exposições sobre o assunto.

Para maiores informações e inscrições, devem ser contatados os seguintes endereços: Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – Rua Miranda Valverde, 103 – Rio de Janeiro (RJ) – CEP 22.281, fones: (021) 266-5008/2862296/2262654; e Sociedade Nacional de Agricultura – Av. General Justro, 171/2º andar – Rio de Janeiro (RJ) – CEP 20.021, fones: (021) 2 4 0 - 4 5 7 3/ 240-4149.

PUBLICAÇÃO RETRATA BENS TOMBADOS DA BAHIA

Dando continuidade à série de trabalhos concluídos sob a responsabilidade editorial do Grupo Gilberto Huber, acerca do tema "Patrimônio Recuperado", ocorreu, no dia 23 de fevereiro passado, na Fundação Casa de Rui Barbosa, o lançamento do livro: *Guia dos bens tombados – Bahia.*

A obra, fruto de pesquisa da Museóloga Maria Eliza Carrazzoni, sob coordenação do Professor Alcídio Mafra de Souza – que recolheu dados também nos arquivos do IPAC (Instituto do Patri-



Foto de capa ao livro Guia dos Bens Tombados - Bahia

mônio Artístico e Cultural) e na documentação da Fundação Nacional próMemória – retrata mais de 300 monumentos tombados existentes no Estado, através de ilustrações, a bico-de-pena, de Jimmy Scott e Sussy.

Segundo o Professor Alcídio Mafra de Souza, que necessitou de três meses para reunir todo o material, "O livro permite, mesmo ao leigo, ter uma razoável noção da riqueza histórica e artística daquela que foi a sede do Governo Geral, visto que cada monumento tem assinalada sua importância arquitetônica, por meio de ilustrações que demostram, nitidamente, as razões que motivaram seu tombamento".

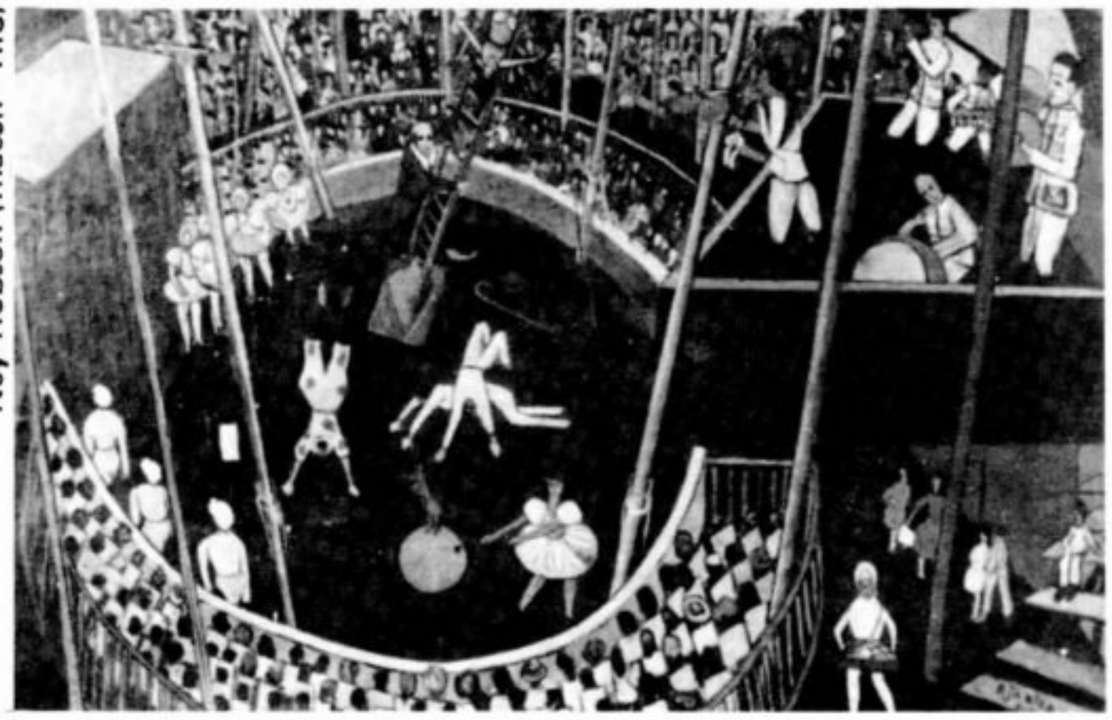
Prefaciado pela Ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz, o *Guia dos bens tombados – Bahia* tem 324 páginas e está sendo comercializado pela Editora Expressão e Cultura.

MNBA RECEBE DO INACEN "O CIRCO DE DJANIRA"

O Instituto Nacional de Artes Cênicas cedeu, em comodato, ao Museu Nacional de Belas Artes, o quadro intitulado *O Circo*, da pintora Djanira da Motta e Silva (foto).

Na opinião do diretor do INACEN, Orlando Miranda, o Museu Nacional de Belas Artes é o local adequado para manter uma obra de tal valor. Lá a peça ficará exposta à visitação pública e não somente a um grupo de expectadores privilegiados como ocorria anteriormente. "Além disto a manutenção do quadro é uma atividade cultural que despende um esforço financeiro. Não sendo, no entanto, relacionada às Artes Cênicas apesar do tema ser Circo – não cabe a nós a sua posse", complementa.

Ele comenta que, hoje em dia, a aquisição de certos objetos de arte, por organismos governamentais, representa gastos difícis de serem realizados. Estão fora de nossa realidade econômico-financeira. Portanto a cooperação entre os órgãos de Governo, faz-se necessária. Cada qual dentro de sua área de competência.



A obra, em tela, foi adquirida na década de 40 pelo então Serviço Nacional de Teatro. Há longo tempo pertencendo ao INACEN, deixa saudades nos funcionários do órgão, que consideram o quadro algo apaixonante.

PATRIMÔNIO RESTAURA IGREJA E TRANSFORMA RESIDÊNCIA EM MUSEU REGIONAL DOS REIS MAGOS

A Igreja dos Reis Magos e sua residência anexa, localizadas no distrito de Nova Almeida, Município de Serra (ES), serão restauradas pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Convênio nesse sentido foi assinado entre a Fundação Nacional próMemória e a Prefeitura Municipal, tendo como intervenientes a Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Universidade Federal do Espírito Santo.

A próMemória está encarregada da restauração do prédio e do treinamento do pessoal incumbido da sua manutenção; à Prefeitura de Serra caberá a contratação do grupo de manutenção, limpeza e vigilência do imóvel, após as obras; a UFES prestará serviços especializados, promovendo eventos no setor cultural e administrando o local; a SPHAN vistoriará periodicamente o imóvel, através de técnicos especializados, registrando seu estado de conservação, manutenção e funcionamento.

Nova Almeida, na época de sua fundação, era chamada de Aldeia dos Reis Magos e era um dos pontos de catequese do Estado, que foi colonizado, quase que na sua totalidade, por jesuítas. A igreja foi por eles construída, no período de 1580 a 1615, com a ajuda de índios tupiniquins (SPHAN nº 15 pág. 7 e 8). Na ocasião, a residência foi usada também para o aprendizado da língua indígena pelos jesuítas. Em breve, a comunidade de Serra, além de ter sua igreja restaurada, terá também a residência transformada em museu, onde será exposto todo o material de arte religiosa do Espírito Santo do final do século XVI, todo o século XVII e primeira metade o século XVIII. Além disto, ali haverá programação cultural ligada à colonização da área.

Segundo a Museóloga da SPHAN Lygia Martins Costa,



Arquivo SPHAN/próMemória

Igreja dos Reis Magos e Residência anexa

a transformação da residência em museu é importante porque, além de preservar o patrimônio da região, transmitirá a todos daquela comunidade a compreensão de sua própria história, acreditando-se que a organização de um museu faça ressurgir diversos elementos ligados ao passado.

Quanto à administração do Museu, que será feita pela UFES, a Museóloga diz que "aprova plenamente a medida, por julgar que, em sendo uma universidade um centro congregador de uma elite cultural, sua colaboração com as realizações do Patrimônio Histórico é de todo recomendável. A conjugação dessas duas entidades, Patrimônio e Universidade, será a garantia de preservação do monumento, transformando-o em centro vivo de ensino e em captador e difusor dor valores culturais regionais".

CRIADO O INSTITUTO DE HISTÓRIA SOCIAL BRASILEIRA

A Secretaria da Cultura do MEC e o Centro Cultural Cândido Mendes assinaram no dia 11 de janeiro passado, no Rio de Janeiro, convênio visando à criação do Instituto de História Social Brasileira que terá por objetivo realizar pesquisas e organizar arquivos para a preservação da memória social do país.

O Instituto de História Social Brasileira beneficiará todas as Secretarias Estaduais de Cultura, pois o órgão realizará pesquisas e organizará arquivos em todo o território nacional. A Fundação Nacional próMemória já investiu Cr$ 30 milhões no projeto do novo Instituto, que vai funcionar no 7º andar do Centro Cultural Cândido Mendes. Ao Centro caberá a tarefa de contribuir com o conhecimento de seus acadêmicos em todos os campos das instituições sociais.

O primeiro passo do Instituto de História Social Brasileira é concluir uma pesquisa que os técnicos do Centro Cultural Cândido Mendes realizam há quatro anos, sobre a organização social das fábricas no Rio de Janeiro, no início do século. Essa pesquisa pretende restabelecer como era a vida dos operários e a formação das comunidades em torno das indústrias da antiga Capital Federal.

RECURSOS

A Fundação Nacional pró -Memória e a Fundação Casa de José Américo firmaram no dia 10 de janeiro último, em João Pessoa (PB), acordo com a finalidade de alocar recursos financeiros no valor de Cr$ 30 milhões que possibilitarão melhores condições operacionais para os setores de museologia, biblioteca, pesquisa, promoção cultural, documentação e arquivo da FCJA, que funciona na antiga residência de José Américo, na praia de Tambaú (SPHAN nº 16, pág. 16).

A FCJA vem promovendo a publicação sistemática da obra de José Américo, realizando cursos, conferências e pesquisas relacionadas à vida e obra do escritor e político, além de manter abertos ao público o Museu, a biblioteca e o arquivo.

IGREJAS DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO E SÃO BENEDITO SERÃO RESTAURADAS

A Fundação Nacional pró-Memória e a Secretaria de Estado de Cultura e do Esporte do Paraná assinaram convênio para a realização de obras de restauração das Igrejas da Ordem Terceira, de São Francisco e São Benedito, localizadas no Município de Paranaguá. A pró-Memória fará o acompanhamento técnico dos trabalhos, por entermédio da 9ª Diretoria Regional.

A cidade de Paranaguá surgiu na segunda metade do século XVII, quando bandeirantes paulistas descobriram ouro de aluvião nos rios que desaguavam na bacia de Paranaguá. Pertencentes às irmandades locais, as Igrejas de São Francisco das Chagas e de São Benedito tiveram seu interior concluído no século XIX. É na parte externa, onde contam com o enriquecimento de alguns elementos de cantaria e apresentam frontões ondulados e torres sineiras atarracadas, que têm preservadas suas características mais marcantes, pois a Igreja de São Francisco perdeu em incêndio toda a obra de talha de seu interior.

A Igreja de São Benedito, considerada uma das melhores e mais autênticas edificações populares do colonial brasileiro, começou a ser construída em 1784, por uma irmandade de negros, em homenagem ao santo negro filho dos escravos etíopes Cristóvão Manasseri e Diana Larcan. No Brasil co-



Arquivo SPHAN/próMemória

Igreja da Ordem Terceira de São Francisco

lonial a devoção a São Benedito tornou-se muito popular entre os escravos e libertos.

Segundo o Arquiteto José La Pastina Filho, representante da SPHAN/próMemória em Curitiba e responsável pela supervisão técnica das obras de restauro, "A Igreja de São Benedito é um exemplo dignificante de auto-preservação, pois vem sendo conservada pela própria comunidade, que a mantém impecavelmente limpa". Em 1965, o templo sofreu algumas obras de restauração, de acordo com o projeto elaborado pelo Arquitero Cyro Ilídio C. de Oliveira Lyra, as quais constaram da retirada do forro, substituição da estrutura do telhado, das telhas, renovação do forro e piso da sacristia, entre outras.

A Igreja conta com valiosas imagens de Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora das Candeias e Santa Luzia, todas restauradas em 65. Dentre as obras de restauro previstas para esta etapa estão: recomposição do telhado e substituição das telhas antigas. O templo é monumento tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 1967.

A Igreja de São Francisco começou a ser construída em 1770, tendo sido concluída em 1784. Em 1962, foi tombada pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná; de 65 a 68 passou por obras de restauração, sendo tombada a nível federal em 1967 pelo então IPHAN, que em 1974 providenciou algumas obras de recuperaçãoi ano passado, a sua cobertura foi reconstruída através de convênio que contou com a participação do Governo estadual.

Abandonada pelo Bispado de Paranaguá, da ordem redentorista, que perdeu interesse em utilizá-la para local de culto, a Igreja de São Francisco já serviu de abrigo para inúmeras pessoas que, num dia de frio, ao acenderem uma fogueira acabaram por provocar um incêndio que destruiu praticamente todo o seu interior.

Depois de finalizadas as obras de restauro – que incluem recomposição da cobertura, acabamentos de madeira e limpeza e proteção de elementos de cantaria da fachada externa – o monumento será mantido pela Prefeitura de Paranaguá, que pretende utilizá-lo para atividades de fins culturais, já que persiste o desinteresse do Bispado pelo imóvel.

MUSEU DE BIOLOGIA INCORPORADO À próMEMÓRIA

O Museu de Biologia "Professor Mello Leitão", no Espírito Santo, fundado e dirigido pelo naturalista Augusto Ruschi, foi incorporado no dia 19 de janeiro passado à Fundação Nacional próMemória. A decisão foi tamada pelo Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vilaça, que acatou o desejo manifestado por Ruschi, em julho do ano passado, de doar à SPHAN o acervo e demais propriedades do Museu. A SPHAN incorpora, assim, o patrimônio pessoal do antropólogo e pesquisador, por ele mantido há 35 anos, numa área de 78 mil metros quadrados. Ruschi continuará Diretor do Museu.

Situado na cidade de Santa Teresa, a 30 minutos de Vitória, o Museu foi criado com o objetivo, consignado em seus estatutos, de promover o estudo da história natural e da antropologia da região. Oficialmente "Diretor perpétuo" da instituição, seu fundador, Augusto Ruschi, é autoridade mundialmente conhecida nas áreas da botânica, ornitologia e ecologia. O patrimônio do Museu abrange propriedades urbanas e rurais. Estas últimas compreendem reservas de florestais que contém matas primárias ainda preservadas, de grande importância não apenas como fonte de matrizes para reflorestamento mas também como objeto de estudo da região da Mata Atlântica. Esse aspecto conservacionista assume relevo especial quando se constata que a mata primária daquela zona já está praticamente extinta.

O Museu conta também com laboratórios bem aparelhados e uma biblioteca cujo acervo, de inestimável valor científico e histórico, dificilmente poderia ser reunido hoje em dia; muitos dos seus títulos são considerados raridades bibliográficas. São importantes ainda as coleções científicas de animais vivos e taxidermizados, principalmente aves. Famosas no mundo inteiro, porém, são suas coleções de colibris.

Tão importante quanto o do Museu, é o património pessoal de Ruschi, constituído de uma vasta propriedade urbana, com dois hactares de floresta virgem e dois reflorestados com variedades regionais, pavilhões de botânica e ornitologia, biblioteca e laboratórios, além de um prédio residencial.

LAGUNA EM BREVE RECEBERÁ CONJUNTO ARQUITETÔNICO RECUPERADO

O conjunto arquitetônico da Casa Pinto D'Ulysséa, Fonte da Carioca e Praça Lauro Müller, em Laguna (SC), será restituído brevemente aos habitantes e visitantes da região, graças à assinatura de convênio entre a Fundação Nacional próMemória e a Prefeitura Municipal de Laguna, para o término da terceira e última etapa das obras de restauração que proporcionarão a preservação integral da concepção arquitetônica original do conjunto.

Para esta etapa, destinada ao tratamento paisagístico da Praça Lauro Müller e conservação da Fonte da Carioca, a próMemória fornecerá o projeto de apoio técnico e arquitetônico, acompanhando e fiscalizando a execução das obras.

O conjunto, tombado pela Prefeitura de Lagura, vem sendo restaurado desde 1981 sob a supervisão da SPHAN/próMemória e da Fundação Catarinense de Cultura (SPHAN nº 19 pág. 15). Já foram realizadas obras de estabilização da estrutura da casa; a cobertura, que estava atacada por cupins, foi totalmente recuperada; as esquadrias foram recuperadas; as ferragens substituídas e, finalmente, foram restaurados 90 metros quadrados de azulejos portugueses.

A Prefeitura Municipal de Laguna, responsável pela manutenção e conservação do conjunto, pretende desenvolver atividades artesanais e noites de serestas na Praça e oferecer à população condições adequadas para o uso da Fonte. Segundo os termos do convênio, a Prefeitura deverá manter, em local acessível ao público, um registro didático sobre a importância histórica do conjunto, que reflete o estilo colonial de fins do século XIX.

IGREJA

A Fundação Nacional próMemória e a Fundação Catarinense de Cultura firmaram convênio, para a realização da segunda etapa das obras de restauração da Igreja Nossa Senhora das Necessidades, no Distrito de Santo Antônio de Lisboa, em Florianópolis.

Dentre as obras previs-

tas para a segunda etapa estão: substituição ou recuperação (incluindo tratamento especial de imunização) de todo o madeiramento, recuperação ou substituição das telhas, pintura de todas as esquadrias, restauração de elementos artísticos, como o forro da capela-mor, retábulos, altares, pia batismal e imagens. A prómemória fornecerá orientação técnica, acompanhando e controlando a execução do projeto.

O monumento tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi construído no século XVIII, sendo considerado uma das heranças luso-brasileiras mais antigas preservadas em Santa Catarina. Ainda sobre o projeto de restauração, em todas as peças de madeira onde as análises demonstram a possibilidade de se encontrar a pintura original, serão executados trabalhos de raspagem e reconstituição da pintura.

Dentre as obrigações da Fundação Catarinense de Cultura, estabelecidas no convênio, constam: fornecer documentação necessaária à edição de publicação sobre a Igreja restaurada e manter, em local acessível ao público, um registro didático sobre a sua importância histórica. À Prefeitura Municipal de Florianópolis caberá zelar e manter em perfeito estado de conservação o monumento restaurado.

INL/LANÇAMENTOS

A partir desta edição, o Boletim SPHAN/prómemória, passa a divulgar, regulamente, os títulos lançados, no bimestre, pelo Instituto Nacional do Livro – órgão da Fundação Nacional prómemória. As obras abaixo, lançadas em janeiro e fevereiro, podem ser obtidas, bem como as demais publicações do INL, nos Postos de Venda em funcionamento nos seguintes endereços: Rua da Imprensa, 16/15o andar, sala 1511 - CEP 20.030 – Rio de Janeiro (RJ); SCLN – Q 704/705 – Bloco C/40 – CEP 70.730 – Brasília (DF) e Rua Apa, 83 – CEP 01.201 – São Paulo (SP).

Título	Cr$
Os baloeiros do Maicuru Sílvio Meira	1.900,00
Chão da crítica Fernando Py	1.900,00
Estudos de teoria e crítica literária Telenia Hill	830,00
A outra face da lua Abgar Renault	1.000,00
A vida espantosa de Gregória de Matos Pedro Calmon	1.250,00
Claridade e sombra na música do povo Edigard de Alencar	1.450,00
Onze estudos de literatura brasileira Raymond Sayers	1.100,00
A ciclotímica Vera Braut	700,00

CARTAS

"Venho por meio deste informar a VV.SS. da existência da APMTC, Associação de Preservação de Material de Transporte Coletivo, entidade civil de caráter cultural e recreativo, sem fins lucrativos, registrada no 3º Cartório de Registro Civil, sob nº 30.034.

"A APMTC é uma entidade que visa à preservação da memória nacional dos transportes coletivos urbanos, dedicando-se à pesquisa dos sistemas de bondes, trolibus e ônibus que já operaram ou operam no país, além de estimular a preservação desses sistemas pelas empresas operadoras. Nesse sentido, a APMTC tem desenvolvido pesquisas sobre as cidades brasileiras que operam ou operaram os sistemas citados, informações essas obtidas por nossos associados em todo Brasil.

"É objetivo nosso criar o primeiro Museu Nacional de Transportes Coletivos Urbanos, que possa, além de abrigar veículos históricos, fotos e demais materiais ligados ao tema, servir como um centro dinâmico de informações e pesquisa sobre o setor, contribuindo para a preservação de nossa história e identidade cultural.

"Dessa forma, agradeceríamos muito se a prómemória, que muito tem feito em prol de nossa história e cultura auxiliásse-nos nesse desafio, divulgando nossa existência e objetivos, para que mais pessoas possam engajar-se nessa tarefa.

"Aproveitamos para solicitar o envio do Boletim SPHAN para que nossos associados possam estar sempre informados das atividades da Fundação Nacional prómemória.

"Sem mais para o presente, agradecemos desde já a atenção e boa vontade em relação às nossas solicitações". – Ayrton Camargo e Silva – Diretor de Trabalhos – APMTC – rua Luís Goes, 1220/5 – São Paulo (SP).

NR – É com satisfação que registramos a criação da APMTC, ao mesmo tempo em que desejamos todo o sucesso em seus empreendimentos pela preservação da memória de importante setor da vida nacional.

Colocando-nos à disposição para intercâmbio de informações, comunicamos, na oportunidade, que estamos providenciando o envio dos números já editados do Boletim SPHAN.

"Estamos interessados em saber se há previsão para publicação de um novo índice analítico do Boletim SPHAN. Temos interesse em encadernálos e se o fizermos sem conhecimento dessa informação, corremos o risco de precisar, mais tarde. refazer a encadernação.

"Desde já agradeço". – Eliane Lopes Roque – FIEO – Fundação de Ensino para Osasco – Osasco (SP).

NR – Informamos que dentro de aproximadamente seis meses publicaremos o índice analítico do Boletim SPHAN.

"Hoje eu recebi o Boletim nº 25, correspondente ao 4º bimestre (julho/agosto 1983) e resolvi escrever.

"Gostei muito do boletim, principalmente por saber que 'a cultura brasileira não pode ser entendida em seu conjunto se não for levado em consideração o vasto acervo de bens culturais não consagrados, não tradicionais, existentes no país' .

"Apreciei bastante a matéria sobre o INL. Foi excelente, pois fiquei sabendo muita coisa sobre aquele Instituto.

"Gostei também da reportagem sobre o Seminário que propôs renovação no Ensino da História; daquela que fez referência à preservação e conservação de fotografia, especialmente pela citação ao Prof. João Sócrates com quem tive oportunidade de contato no Arquivo Nacional; e também sobre o tombamento da Torre do Zeppelin no Recife, só achei que ficou faltando mencionar o nome do Sr. Francisco Pftzgraff que, segundo tenho informações, teria sido um dos principais articuladores para essa conquista (in JB). Aliás, aqui em Santa Cruz encontra-se também o único Hangar construído para Zeppelin ainda existente no mundo, também segundo informação de Pftzgraff. Hoje esse Hangar serve como galpão para estacionamento dos modernos caças da Base Aérea de Santa Cruz.

"Mas, voltando ao Boletim nº 25, gostaria de dizer que está realmente 'fora de série' , pois de tudo aproveitei um pouco, inclusive essa notícia sobre a divulgação do patrimônio cultural em sacos de supermercados.

"Nota 10 ao Boletim SHPAN/próMemória, aliás não foi à toa que ele recebeu o prêmio da União Brasileira de Escritores.

"Bem, agora gostaria de falar um pouquinho do NOPH, esse Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica, fundado no dia 3 de agosto de 1983, aqui no Bairro, distante do Município do Rio de Janeiro. Bairro que hoje é uma região administrativa, sem senhuma autonomia, mas que um dia já foi Fazenda Real, Fazenda Imperial, Fazenda Nacional e até mesmo 'Curral dos Jesuítas' (. . .)

"Escrevo, enfim, para enviar-lhes alguns trabalhos que foram elaborados pelo NOPH objetivando divulgar a história local.

"Receba meu abraço e sinceros cumprimentos."

Sinvaldo do Nascimento Souza

N.R. – Parabéns ao município de Santa Cruz pela criação do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica. O material recebido foi encaminhado à Biblioteca Noronha Santos.
Sua carta foi encaminhada à Diretoria de Tombamento e Conservação da SPHAN para pronunciamento quanto à questão da restauração da Ponte dos Jesuítas.

"Cumpre-nos, em primeiro lugar, dizer-lhe do quanto nos sentimos honrados em realizar a campanha de valorização de nosso patrimônio histórico.

"Podemos afirmar que nosso empenho em corresponder à proposta trazida pela Fundação próMemória-MEC encontrou de imediato a melhor receptividade. Das mais variadas maneiras, de distantes cidades, pessoas e entidades manifestaram seu apoio e entusiasmo com a promoção. Somos gratos à solicitude sempre manifestada pelo Professor Curtis, Coordenador da próMemória no Rio Grande do Sul.

"Temos uma veiculação de anúncios de jornal, em tamanho tablóide e rodapé, já, a esta altura, com uma veiculação de 10 anúncios tablóides e 5 rodapés. Nas rádios, 5 emissoras transmitem nosso *spot* relativo à campanha. Na TV, programamos em todos os canais, comercial de 30 segundos, institucional e elucidativo da campanha.

"Em anexo, enviamos-lhes sacolas e cartazes de loja. Estamos organizando precisa documentação de veiculação, peças promocionais e anúncios a serem enviados à Secretaria da Cultura quando do término da campanha.

"Sempre a postos para o melhor resultado da campanha "A COMUNIDADE É A MELHOR GUARDIÃ DE SEU PATRIMÔNIO HISTÓRICO", colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Cordialmente."

Marcelino Zaffari, Diretor da Cia. Zaffari de Supermercados.

Com meus cumprimentos, agradeço exemplar sacola com mensagem cultural. Creio ser método prático expansão e conhecimento cultural.

Senador Lomanto Junior"

"Agradeço remessa sacola, parabenizo-o pela campanha manifestando certeza de que será vitoriosa."

Senador Jutaí Magalhães

NR. SPHAN/próMemória agradece e informa aos seus leitores que hoje já circulam 30 milhões de embalagens/mês, no Brasil, graças ao esforço de sete redes de supermercados.

EXPEDIENTE

Editado pela Fundação Nacional próMemória

Editor-responsável
Maria de Lourdes Castro Oliveira

Editor-chefe
Mauro J. Chaves

Redação
Marcus Vinicius De Lamonica Freire
Maria da Graça Nobre Mendes (redatores) e Francisco Cereto
Rodney D. Ribeiro e Laudeci Torquato (estagiários)

Fotos de Capa: Pedro Lobo, José Augusto Franco Reis e Arquivo Jardim Botânico

Produção
Agência Quatro
Serviços de Comunicação Integrada Ltda.